



# MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### **ATA Nº 01/16**

Data da Sessão: 26 de fevereiro de 2016

Início da Sessão: 14.30 horas

Fim da Sessão: 18.30 horas

### **Composição da Mesa:**

**Presidente:** Fernando Jorge dos Ramos -----

**1º Secretário:** Carlos Lucas Correia -----

**2º Secretário:** Olga Susana Miranda da Silva -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

----- Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:---

1. **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro.**-----
3. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos.**-----
4. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Listagem de isenções e/ou reduções de taxas.**-----
5. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Arazede – Delegação de Competências.**-----
6. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Carapinheira – Delegação de Competências.**-----
7. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Ereira – Delegação de Competências.**-----
8. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Liceia – Delegação de Competências.**-----
9. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Meãs do Campo – Delegação de Competências.**-----
10. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Pereira – Delegação de Competências.**-----
11. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Santo Varão – Delegação de Competências.**-----
12. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Seixo de Gatões – Delegação de Competências.**-----
13. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Tentúgal – Delegação de Competências.**-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

**14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca – Delegação de Competências.** -----

**15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões – Delegação de Competências.** -----

**16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de Isenção / Redução / Devolução de Taxas Urbanísticas – I.T. Comércio Internacional.** -----

**17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Proposta para Aquisição de Serviços por Ajuste Direto de “Manutenção e desenvolvimento da Atividade do Gabinete de Auditoria, bem como outras afins ou funcionalmente ligadas”.** -----

**18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão Orçamental – 2016.** -----

Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

**Mesa:** Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. -----

**Membros:** Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Adelaide Maria Simões Medina, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Francisco Faria de Paiva Batista, José de Oliveira de Sousa, Maria João Batista Sobreiro, Luís Filipe Azenha Madaleno em substituição de Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Tânia Sofia Jesus Monteiro, em substituição de Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Rui Manuel Salgado Canha Limeiro, em substituição de Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Telma Margarida Neves Simões, em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Susana Paula Malva Branco, em substituição de Edmea Tereza Reis Silva, Maria Graça Valente Reis, em substituição de Jorge André da Silva Santana, Joaquim António Graça Raíno em substituição de Sara Cristina Cruz Gomes. -----

**Presidentes de Junta:** Arazede, Carapinheira, Liceia, Meãs, Pereira, Tentúgal, União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, Secretário da JF Ereira, Secretária da JF de Santo Varão, Secretária da JF do Seixo e Tesoureira da União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca. -----

**Executivo:** Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacirio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Paula Elisabete Pires Costa Rama e Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha. -----

----- Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Luís Pedro Simões Ribeiro, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Edmea Tereza Reis Silva, Jorge André da Silva Santana, Sara Cristina Cruz Gomes, PJF Ereira, PJF Santo Varão, PJF Seixo e PJF UF Abrunheira, Verride e Vila Nova da

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

Barca. - -----

----- Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 14h45m. Saudou os presentes e disse: “Temos quórum e podemos começar a nossa Assembleia. Nessa perspetiva, algumas pequenas notas antes de entrarmos propriamente na aprovação da Ordem de Trabalhos. A 1.ª questão é que, é-me grato cumprimentar, hoje, três pessoas que ainda não tinham estado comigo em Assembleias. Uma já tinha estado exatamente porque foi para me substituir, a D. Graça, mas queria cumprimentar e, cumprimentar também as substitutas dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Santo Varão, a D. Emília Pimentel Rosa e a da União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, D. Elisa Sá Pinto. Bem-vindas e bom trabalho nas vossas funções. -----

----- Repararam que nas pastas que têm a vossa documentação, consta a declaração de IRS, o montante que receberam das senhas de presença, ainda também uma declaração para preencherem, no caso de terem alterado a situação para o exercício de funções de públicas ou o contrário, deixou de exercer funções públicas e passou a ter só privadas, deve atualizar essas questões e, isso tem a ver com os serviços da Câmara, por causa das questões de IRS e dos descontos. Quem já preencheu essa declaração e não alterou essa atividade, enfim, não necessita de a preencher. Se porventura, mudaram da privada para a pública ou da pública para a privada, por favor informem os Serviços da Assembleia desse aspeto. -----

----- Uma terceira questão, que divido em duas. Estão a ver nesta mesa mais uma pessoa e também menos uma pessoa. O Senhor Presidente de Câmara informou-me que está ligeiramente atrasado, porquanto esteve numa reunião da Comunidade Intermunicipal que acabou de terminar, mas já está a caminho da Assembleia. Tratava-se de uma reunião em que não puderam faltar porque tinha a ver com os projetos e as candidaturas que vão acontecer. Relativamente à pessoa que está nesta mesa, é a D. Susana Santos, que está cá há pouquíssimo tempo, eu cruzei-me só hoje com ela, apesar de saber que ela vinha enfim, colaborar naquilo que sempre tínhamos dito e manifestado aqui, que era o facto dos recursos humanos de apoio, neste caso à Assembleia e à Câmara serem diminutos, porque era só uma pessoa. Portanto, está a dar apoio à Elisa. A D. Susana Santos, está aqui ao abrigo de um Contrato Emprego-Inserção com o IEFP-Câmara Municipal de Montemor-o-Velho durante 1 ano.-----

----- Relativamente à Ordem de Trabalhos que foi distribuída para esta Assembleia, há algum reparo ou alguma alteração?-----

----- Pelo silêncio das partes, julgo que podemos considerar aprovada a nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Aprovada que está a nossa Ordem de Trabalhos, vamos entrar no ponto 1. Da nossa Ordem de Trabalhos que é o Período antes da Ordem do Dia. -----

----- Temos duas atas para aprovar, a ata da sessão ordinária de 18 de dezembro de 2015 e, portanto

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

passaríamos de imediato à apreciação dessa ata de 18 de dezembro de 2015. Há alguma nota? Algum comentário?-----

----- Pelo silêncio das bancadas julgo que posso passar de imediato à votação. -----

----- A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2015, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: *“Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”*. -----

----- Relativamente à ata da sessão extraordinária de 23 de dezembro de 2015. Há alguma alteração?----

----- Também, pelo silêncio das bancadas julgo que posso passar de imediato à votação. -----

----- A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão da Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2015, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: *“Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”*. -----

----- Estão aprovadas as duas atas. -----

----- Temos ainda lista da correspondência enviada e recebida pela Assembleia. V. Ex.as. Também receberam e, evidentemente a acrescentar a isto há aqui mais de uma dezena de ofícios que tem a ver com as substituições e com os pedidos de substituição que deram entrada e, às vezes com os segundos e terceiros pedidos de substituição que deram entrada. Se alguém quiser consultar esses ofícios eles estão disponíveis na Assembleia.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, para V. Ex.as da mesa, ilustres colegas, minhas senhoras e meus senhores. V. Ex.ª fez referencia às duas ultimas atas, as quais foram aprovadas, não se referiu contudo à ultima ata da assembleia extraordinária de 22 de janeiro, daquilo que o membro do Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas e, aquilo que requereu a V. Ex.ª, não vou indicar expressamente o conteúdo, porque V. Ex.ª, tão bem como eu o saberá e, eu pretendia saber da sua indagação e investigação, daquilo que foi o derrote das árvores e das cegonhas na pista de remo que realmente constitui um crime ambiental e é isso que é a suscetibilidade e do turismo deste Concelho que está morto e, com essa derrota de árvores mais morto fica porque quem nos visita vem ver a biodiversidade, não outras coisas que estão também mortas mas, ao menos que, algo neste sentido, se possa reverter no equilíbrio e na necessidade, objetividade da visitaçao deste Concelho para o desenvolvimento económico de que os empresários aqui tanto precisam. -----

----- Agradecia esse esclarecimento antes de passarmos a esse ponto.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Esse esclarecimento tem que ser complementar à Assembleia.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

O Senhor deputado Oliveira e Sousa está a falar de uma reunião que não foi da Assembleia mas, sim da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, onde ele fez um requerimento que tinha a ver com o esclarecimento de facto, daquilo que ele já anunciou mas, que eu volto a anunciar, que tinha sido o corte de árvores no Centro Náutico. -----

----- Nesse mesmo dia, não saí desta casa sem requerer esse pedido de esclarecimento e, posso dizer-lhe que o esclarecimento, julgo eu, será entregue hoje e, só não o foi ainda porque, eu sei que esse esclarecimento já chegou à Câmara, informei-me disso, porque o Senhor Presidente da Câmara ainda não o despachou. -----

----- Eu já com esta ousadia, porque sabia que todas as questões dos requerimentos que são apresentados a esta mesa, tento responder, ou se não responder, evidentemente perceber onde é que anda a resposta, faço isso sempre e, evidentemente só não o endereço formalmente, porque ele chegou hoje ao sistema informático e, eu terei todo o gosto eu lhe dar essa informação assim, o Presidente da Câmara a liberte. Não tem nada de extraordinário mas, eu faço questão que esta Assembleia, naquilo que são os seus preceitos, seja respeitada e, por isso, antes de começar a AM questionei que não tinha enviado nada ao Dr. Oliveira e Sousa. Os serviços foram verificar e, tinha caído hoje no sistema informático a resposta. Espero que o Presidente da Câmara, certamente a libertará. Garantidamente, tenho isso preparado para lhe entregar no momento a seguir e, portanto terá essa resposta ainda hoje.” -----

----- Vamos, como é nosso hábito interromper durante 5 minutos a Assembleia Municipal para que as diversas bancadas e os diversos membros, se assim o entenderem, façam chegar à mesa as Moções, Requerimentos, ou outros pedidos que os membros da AM entendam por convenientes, tendo sido aceites: -----

----- Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas (PS) – Congratulações de aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01. -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro que disse: “Em relação à moção do PS, só fazer uma retificação. O Centro Social de Solidariedade Social de Verride fez anos em dezembro, já antes da anterior Assembleia Municipal.” -----

----- Não havendo mais intervenções, a moção foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Congratulações de Aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

----- Intervenção do membro Oliveira e Sousa (MPT) – Festival Forte, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04.-----

----- Requerimento apresentado pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Abate de árvores centenárias junto do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

----- Requerimento apresentado pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Situação dos espaços do Concelho em função das Cheias de fevereiro de 2016, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi enviado à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

----- Recomendação apresentada pelos membros Ricardo Brites e Carolina Aires (CDU) – Medidas Municipais de reconhecimento e incentivo ao Voluntariado - Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07.-----

----- Recomendação apresentada pelos membros Ricardo Brites e Carolina Aires (CDU) – Reforço Financeiro extraordinário às Juntas de Freguesias de Pereira e Santo Varão – Cheias 2016. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Acabámos com todos os documentos que tinham entrado na mesa, eu percebo todas as intervenções, nomeadamente esta ultima questão levantada pelo Senhor deputado municipal Ricardo Brites. Porquanto, estou a falar com aquilo que as Assembleias Municipais podem e não podem fazer. Não estou a discutir sequer a questão política da proposta, entendo é que esta proposta, o seu objetivo final ultrapassa as competências desta Assembleia. Daí, na minha simples opinião, se porventura a CDU assim o entender, deverá transformar a presente recomendação em moção.” -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu já há duas Assembleias que não volto à discussão das estradas, dos buracos, dos problemas. É claro que entramos no Inverno e os problemas começam de alguma forma a piorar. Existem várias estradas no nosso Município em más condições e, como é mais do que óbvio, nem sempre quem não consegue todos os dias estar aqui, dentro desta Câmara Municipal, consegue perceber se existe ou não um projeto. Há um projeto ou não para reabilitar as estradas? É que já estamos a chegar a um ponto em que há estradas intransitáveis. Vou-lhe dar um exemplo e, mais uma vez, vou voltar à minha Freguesia. A estrada que faz a ligação entre São Jorge e Liceia, principalmente na zona da estação de tratamento, está praticamente intransitável, o que se torna muito complicado. Se o objetivo é as pessoas irem por Santana, já conseguiram. A maior parte das pessoas de Liceia vêm para Montemor, por Santana ou vão por outros sítios porque não querem andar a estragar os carros.-----

----- Dei-lhe este exemplo mas, posso-lhe dizer que, por acaso, nos últimos dois meses, andei muito aqui em Montemor-o-Velho de carro e, há estradas que estão completamente intransitáveis. -----

----- Outra situação que já aqui trouxe e, que de alguma forma, vejo outros municípios um bocadinho

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

adiantados. Também já me foi explicado pelo Senhor Presidente da Câmara que, eles fizeram-no de uma forma ilegal e, eu tenho de voltar a perguntar porque acaba por se tornar importante. Relativamente às passagens de nível, já é legal fazer intervenções nas mesmas? As passagens de nível do Concelho da Figueira da Foz e de Cantanhede já foram de alguma forma reabilitadas. A linha está completamente parada, não se passa ali nada, para além de já se ter tornado um bom eucaliptal, em alguns dos casos, a questão é apenas esta: Porque é que ainda não se fez intervenção? Se há projeto, quais serão mais ou menos as datas em que se irão fazer intervenções? Quais serão os locais em que se vão fazer intervenções? Não precisa de me dizer todos mas dava jeito, há muitos locais onde a intervenção é extremamente necessária.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Faço minhas as palavras do anterior membro e, relativamente a este ponto antes da ordem do dia, tenho aqui quatro pontos para colocar ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Em relação à Vila de Pereira, Quinta de São Luíz, acessibilidades à EBI Pereira, Qualidade da água, Caminho dos Casais Velhos, Cheias de fevereiro, Vala de Pereira. -----

----- Quanto ao primeiro, a Quinta de São Luíz eu formularia a seguinte pergunta ao Senhor Presidente: em que estado é que estamos da receção definitiva daquela urbanização? -----

----- Quanto às acessibilidades da Escola de Pereira, nomeadamente no caminho que liga Pereira a Figueiró do Campo e Entre Valas, que há três anos estava orçamentado e cabimentado, não foi executado porquê? Hoje, V. Ex.<sup>ª</sup> tem uma retroescavadora, uma niveladora, um camião para transportar aquela máquina e o cilindro. Não era nada mais, que só tout-venant entre a Escola de Pereira e Entre Valas, com aquelas máquinas que V. Ex.<sup>ª</sup> recentemente comprou, que são máquinas maravilhosas, os condutores são exímios que V. Ex.<sup>ª</sup> tem. Ora, era só espalhar o tout-venant e calcar o mesmo para que as pessoas que deixam os filhos na escola e, as crianças que ali frequentam possam transitar naquela estrada. -----

----- Por outro lado, como V. Ex.<sup>ª</sup> sabe, aquela dita urbanização que fica a montante da escola nomeadamente, da Fonte de São Tiago, que V. Ex.<sup>ª</sup> tão bem conhece, há um caminho público, pessoalmente, já falei consigo acerca dele onde está uma urbanização feita. Esse caminho público, atualmente, foi invadido e destruído o que inibe o acesso àquela escola das dezenas de crianças que moram naquela urbanização. Eu pergunto: onde é que andam os fiscais da Câmara, onde é que anda esta fiscalização que permite a um caminho público ser invadido e destruído sem que o Município saiba ou, sabendo ainda não tomasse uma posição? -----

----- V. Ex.<sup>ª</sup> teve a coragem e, V. Ex.<sup>ª</sup> é um homem de coragem, realizou, construiu o saneamento nos Casais Velhos, não era obra sua, já estava orçamentado mas, teve a coragem de o materializar. Mas, deixou aquele tapete, quem vem de Condeixa, Casal da Légua, para Pereira meu Deus, aquilo é um tormento. Faço



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

palavras minhas as do membro que me antecedeu. Não seria preferível como V. Ex.<sup>ª</sup> arrancou e colocou aqueles tubos, colocasse ali um alcatrão de película para aquilo não se degradar? É impossível. Mas, V.Ex.<sup>ª</sup> não passa por lá, vem da Figueira da Foz para Montemor-o-Velho, vem por estradas boas, esquece-se. Os moradores de Montemor-o-Velho deram-lhe 90 votos, ao Movimento Independente de Cidadania deram 6 e ao PPD-PSD/CDS-PP, deram para aí uns 15 votos. V. Ex.<sup>ª</sup> foi o maioritário. Realmente, convém olhar para os extremos do Concelho e, vou-lhe dizer mais uma, senhor Presidente. V. Ex.<sup>ª</sup> é o dono, é o responsável, sabe porquê? Pelas fronteiras deste Concelho. As fronteiras deste Concelho, eu já não sei onde começam e acabam. Eu, anteriormente, quando estudei direito, como V. Ex.<sup>ª</sup>, sabia que as limitações das fronteiras ou eram por rios ou pelas estradas. Agora, já é por pinheiros, eucaliptos ou por cogumelos. Eu já não sei. Eu entrei na Anobra, freguesia da Anobra, Casal da Légua. Eu não sei. Eu já não sei onde é que começa Pereira e acaba. Acho que temos técnicos suficientes para ver a delimitação do nosso Concelho, dadas as anteriores alterações ao nosso território. -----

----- Quanto às cheias, eu realmente tiro-lhe o chapéu. V. Ex.<sup>ª</sup> foi impecável, foi trabalhador. V. Ex.<sup>ª</sup> nem dormiu, andou em todo o lado e apareceu em todas as televisões, tiro-lhe o chapéu e, então eu disse: este é o meu Presidente. Um homem com dignidade; trabalhador; preocupado com as populações. Tiro-lhe o chapéu, Senhor Presidente. V. Ex.<sup>ª</sup> foi inegável nas cheias. Eu só esperava que V. Ex.<sup>ª</sup> não fosse nelas. Porque aquilo eram correntes demasiado fortes e podiam prejudicar quem dentro delas estava. Mas vou-lhe dizer, Senhor Presidente, aquilo que o movimento independe de cidadania Por Amor a esta Terra, tem andado há muito a alertar V. Ex.<sup>ª</sup> pela acessibilidade daquela Ponte do Paul de Arzila a Pereira, continua uma nódoa, é por cauda dos passarinhos e, eu gosto muito dos passarinhos, das aves mas, V. Ex.<sup>ª</sup> tem uma conceção cachucha do seu Concelho, porque dando-se bem com o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, nada custava para ofensa aos passarinhos elevar o tapete e, elevarem as margens daquela estrada, colocar ali uns tubos para a saída de água do Paul de Arzila para não haverem inundações e não criarem problemas às pessoas que se descolam para o seu trabalho para Coimbra. Isso era uma norma mais simples que podia haver. Eu vou-lhe dizer, até aquele princípio, eu não sou construtor, eu até lá punha umas canas para a água passar. Mas, hoje temos técnicas, temos tubos e temos elevações para não estragar aquelas árvores, para não haver aquelas inundações mas, está ainda em causa a Ponte de Arzila que tem o terreno expropriado há muito, para V. Ex.<sup>ª</sup> elaborar ou construir uma nova Ponte. -----

----- Há outro ponto também, senhor Presidente que é aquela vala de Formoselha. As pessoas não podem estar presas na sua terra. Se o leito do Rio está superior e a Vala inferior hoje, existem técnicas, temos máquinas para que essas situações não claudiquem. -----

----- Outro ponto, Senhor Presidente, é a água que os Pereirenses bebem, que dizem todos, eu não sou apreciador de água, eu gosto de um bom vinho, portanto não tenho essa queda mas, os Pereirenses dizem

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

que a qualidade de água está muito má. Não sei se é verdade, V. Ex.<sup>a</sup> o dirá.-----

----- Temos outro ponto que é a Vala de Pereira. A vala de Pereira é um esgoto da ETAR ali construída. Não está limpa. Aquilo, por vezes é um cheiro nauseabundo que vai parar a Santo Varão. O que é que V. Ex.<sup>a</sup> pensa fazer?-----

----- São estas questões, Senhor Presidente, que o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, que se constituiu tão só para dar dignidade e esperança às pessoas, o questiona.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu só quero colocar meia dúzia de questões muito sumárias e, também porque já as tenho colocado noutras Assembleias e parece-me que ainda não estão resolvidas. Posso ser um bocadinho repetitiva mas é só no sentido de percebermos o andamento de alguns trabalhos nomeadamente, o saneamento do Zambujeiro; a questão da falta da recolha do lixo, durante o mês de dezembro principalmente na Freguesia de Arazede, em que houve algumas queixas; a questão na Carapinheira, na Rua do Arneiro, temos a indicação que houve algum perigo em transitar portanto, queríamos saber qual é o ponto de situação desta rua, digamos assim; a luz pública na União de freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões. Como é que está esta questão? Tenho visto que há algumas lâmpadas que estão seguidamente apagadas durante a noite, sei que nomeadamente, na antiga estrada que liga Quinhendros a Montemor-o-Velho, há sempre pessoas a circular, portanto, parece-me um perigo, todas aquelas lâmpadas da luz pública estarem apagadas. Aliás, penso que estas questões têm que ser muito ponderadas, mesmo quando às vezes não há entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, eu acho que, no mínimo, é uma acesa e outra apagada e, todas estas questões terão que ser muito bem analisadas, não por nós, que somos munícipes e que não temos esta capacidade de decisão mas, temos que acreditar nos técnicos que trabalham nesta Câmara e, nomeadamente também, o bom senso do Executivo. -----

----- Queria ainda perguntar, não me tornando aqui repetitiva, o deputado Oliveira e Sousa já abordou a Escola de Pereira. Qual é o ponto de situação relativamente a todas aquelas questões que ele questionou?-----

----- Junto ao estacionamento do pavilhão de Montemor-o-Velho, todas aquelas partes de metal que estão soltas e, portanto há ali também algumas pedras soltas e, gostaria de saber se já tinham feito alguma intervenção nessa matéria. -----

----- Não, para me alongar muito mas, relativamente às cheias, Senhor Presidente, eu acho que às vezes, permita-me que lhe diga que, tem de haver um diálogo muito próximo entre os Concelhos que são limítrofes e, de uma vez por todas, tem que haver aqui uma proximidade muito grande para resolver questões que, eu penso que, têm solução e podem minorar este impacto das cheias. Isto não é nenhuma crítica à sua postura porque o próprio deputado Oliveira e Sousa, já salientou a forma como o senhor esteve durante estes dias menos bons para o Concelho, nomeadamente para aquelas Freguesias. Isto não é

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

uma crítica, é uma recomendação para que se trabalhe atempadamente sobre estas questões, porque todos os anos estamos a viver isto. Eu penso que as pessoas, aqui no caso, até são todos da mesma cor política e, portanto, acho que tem que haver aqui um esforço de comunicação, de negociação com vista a resolver estas questões. Isto não é nada mais, nada menos que uma recomendação ao Executivo para encetar conversas no sentido de uma melhor solução para o futuro e, para que não se voltem a verificar estes constrangimentos.”-----

----- Pedeu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Só duas intervenções, uma é sobre a intervenção do membro Ricardo Brites. Eu concordo com o Presidente da mesa, acho que não pode haver votação sobre uma matéria sobre a qual não temos legitimidade, competência para isso. Não me oponho a que haja uma recomendação, sendo que também, acho que é importante que haja um diálogo entre o Executivo e as Juntas de Freguesia envolvidas e que, os problemas que houver, sejam resolvidos, seja por dotação financeira às Juntas, seja porque o problema é resolvido diretamente pelo Executivo. Acho que tem de haver um diálogo, não me opondo a que haja essa recomendação. Votação é que não me parece que tenhamos legitimidade para tal. -----

----- Relativamente ao outro ponto, tenho sido alertada, não é que não viva esse problema, uma vez que sou residente no Concelho mas, fala-se muito em vias de comunicação. Nós também temos umas vias de comunicação que são fundamentais hoje em dia nomeadamente a internet.-----

----- Eu aproveitava o facto de estarem aqui todos os representantes das Juntas de Freguesia do Concelho e, o Executivo, no fundo para fazer um pedido, nem é uma recomendação. Se calhar, num conjunto de esforços, dizer que não se justifica, acho eu, hoje em dia, que grande parte do Concelho tenha de ser servida por satélite que encarece imenso os serviços e não dá a mesma qualidade. Às vezes, de umas casas para as outras, em menos de 300 metros há cabo, noutras não há. Fibra ótica, acho que grande parte do Concelho não tem. Eu tenho tido várias reclamações nomeadamente de alguns alunos que dizem que, em algumas zonas do Concelho, nem funciona e, vou dizer dois casos que os alunos me têm falado que é a zona de Reveles e Portela, em que por volta das 20h, 21h, naqueles picos nem sequer há e, eu aproveitava o facto de estarmos aqui, porque acho que é de interesse relevante para o Concelho que seja feita alguma coisa e, se calhar até alguns requerimentos à entidade reguladora, à NOS, à MEO, Vodafone, no sentido de colocarmos também as vias de comunicação informáticas nas sendas do século XXI, em vez de estarmos como estávamos há não sei quantos anos e, portanto também aproveitava o facto de estarmos todos aqui, pedia um esforço conjunto, nas diferentes Juntas de Freguesia, quer na Câmara para tentar resolver esta situação.” -----

----- Pedeu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Obviamente que, quando apresentei um dos documentos, sabia da limitação que teria se fosse apresentada enquanto proposta. Agora, a minha

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

questão é saber se posso corrigir o documento enquanto moção. A ideia aqui e, é um reforço que nós achamos que é importante esta Assembleia pronunciar-se sobre as dificuldades e os prejuízos acrescidos que estas duas Freguesias tiveram durante este período e, neste sentido, uma das minhas questões é saber se, enquanto moção podemos colocar a esta Assembleia um apelo, digamos para que, estas Freguesias sejam dotadas de uma verba suplementar para fazer face aos prejuízos que tiveram. Obviamente que o que sai daqui é uma proposta, é um apelo e, o Executivo aceita se quiser. É como o Executivo queira entender. A nossa questão é só de ter um documento e um voto firme desta Assembleia que se pronuncia em toda a sua plenitude em defesa destas duas freguesias, se assim o considerarem que é importante ou não. -----

----- Mudando de ponto mas, também relativamente às cheias de fevereiro de 2016, que serão assim que irão ser conhecidas para a prosperidade, estamos aqui a falar de uma obra inacabada, que teve um custo de mil milhões de euros, que está falida tecnicamente, como já tive aqui oportunidade de dizer, em que tinha como principais objetivos, salvaguardar as pessoas e os bens das cheias, da água do Mondego mas, ao mesmo tempo, também permitir, uma atividade agrícola permanente, com várias culturas, para rentabilizar todo o investimento que tinha sido feito e, neste momento, nada disso está assegurado nem, nada disto está garantido. As pessoas e os bens não estão salvaguardados das cheias, os investidores, os agricultores não estão, digamos assim, garantidos que os seus produtos e as suas colheitas, estejam salvaguardadas de serem destruídas e inundadas ou seja, o agricultor ou o produtor de hortícolas, neste momento, não consegue fazer face à cultura do arroz e do milho. Querem-se implementar no Baixo Mondego culturas alternativas mas, depois não se dá garantias de que isso possa ser uma realidade. Resolveu-se em parte o problema de Montemor e da Ereira mas, levaram o problema para Pereira e Santo Varão ou seja, zonas onde anteriormente não existiam cheias ou inundações, neste momento estão a sofrer graves prejuízos pela inconclusão da obra. Por isso, torna-se imperativo acabar a obra no Ega e no Arunca. -----

----- Afirmamos aqui que também é urgente encontrarmos uma fórmula para acabar com a água nos campos, após o rebentamento dos diques. Os diques rebentam, quando têm que rebentar, não por divina e graça obra do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que ainda não percebeu que não é ele que manda abrir os diques. O sistema é autónomo, não é o Presidente da Câmara de Coimbra que decide ou manda estas coisas. -----

----- A água entra nos campos do Mondego mas, depois, não regressa novamente, mais a jusante, ao rio Mondego. -----

----- Consideramos aqui que é importante voltar a denunciar a inconclusão da obra, é urgente defender o desassoreamento do Rio Mondego desde Coimbra até à foz. É urgente fiscalizar as valas de enxugo e das linhas de água existentes nos campos do Mondego; a quem compete fazer; a quem compete fiscalizar.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

Tudo isto se torna importante para atenuar a inconclusão da obra. A obra não está concluída mas, se fossem tomadas medidas de desassoreamento do Rio, de limpeza das valas, poderíamos minimizar os estragos provocados pelas cheias.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Quanto à questão do documento reportado pelo Senhor deputado Oliveira e Sousa, é este. Como podem verificar não tem chancela do Município e, portanto, apesar de ser divulgado junto do pacote dos documentos, é da autoria da Soniculture, a entidade que promove o Festival Forte, que a nosso ver e bem, tem uma preocupação fundamental de animar a economia local e, em particular esta questão do alojamento, algo que foi falado.-----

----- Eu, às vezes tenho a sensação que o Senhor deputado Oliveira e Sousa, gosta de fazer chicana política com algumas coisas. Por aquilo que me foi explicado e dado a perceber, a resposta à sua pergunta é muito simples. As pessoas que não passam recibo não são aceites para alojamento. Portanto, antecipadamente, antes de mandar para lá os turistas estrangeiros, eles querem saber se as pessoas passam recibo ou não e, a partir daí, se não passarem recibo as pessoas, naturalmente, os estrangeiros não vão ao engano. Portanto, a resposta é tão simples quanto esta e, não há aqui aquela promoção da ilegalidade. Eu podia-me ficar por aqui mas, gostaria de recomendar ao jurista Oliveira e Sousa que estude bem o regime de hospedagem, provavelmente terá algumas surpresas.-----

----- A questão da Quinta de São Luíz, a receção definitiva contínua em litígio, como já disse. Estamos em negociação e, mantemos essa negociação com o advogado da entidade que promoveu a urbanização. Há ali uma situação, que tem a ver com umas acessibilidades que foram programadas em espaço que não é do promotor imobiliário e, a nossa perspetiva não é levar para a via contenciosa, uma coisa que se pode arrastar durante muitos anos e, tudo estamos a fazer para que haja uma solução consensual dessa situação em concreto que é aquela que mais me repugna que se demore 10 ou 11 anos na via judicial a resolver. Eu já dei esta explicação inúmeras vezes mas, terei que dar.-----

----- Quanto à questão das árvores, eu dividi em dois pontos. A questão das árvores do leito Abandonado do Padre Estevão Cabral e, as árvores do Parque de Campismo. Sobre essas, informar o Senhor deputado Oliveira e Sousa que só estamos a fazer poda, que é um ato normal de manutenção das mesmas. Quanto às demais questões sobre as outras árvores, dar-lhe nota que já desde 16 de julho de 2012, que estas árvores estão referenciadas pelo Senhor encarregado José Fernandes, como árvores em perigo de queda, que apresentam perigo para as pessoas que circulam naquela via. Em concreto, este Executivo, a única coisa que se limitou a fazer, foi informar a entidade que gere aquele espaço ou que é detentor ou que pode dispor daquelas árvores para duas situações em concreto que eu passo a reportar. Uma é a queda de um ramo na nossa embarcação que faz a manutenção do Centro Náutico, pondo em perigo os nossos trabalhadores e outra é a queda, também de um ramo de alguma dimensão, em frente de

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

um carro que por ali circulava que efetivamente, por mero acaso não trouxe danos e prejuízos para a vida do condutor. -----

----- Nada mais fez este executivo do que alertar a Agência Portuguesa do Ambiente para tal situação de risco e, a única coisa que fez, até o fez de forma célere porque da nossa apreciação, era uma situação que já se arrastava desde 16 de julho de 2012 e já merecia uma solução rápida. -----

----- Portanto, senhor deputado Oliveira e Sousa, no espírito de colaboração e, em resposta ao seu requerimento administrativo, gostaria de lhe dizer que deve dirigir essa reclamação para a entidade responsável, que eu lhe vou dizer que é a Agência Portuguesa do Ambiente – Serviços Centrais, com direção na Rua da Murgueira 99A, Zambujal, apartado 7585, 2610-124 Amadora, com o n.º de telefone 707.201.190 e, será essa a única entidade que poderá dar resposta às suas questões. Posso-lhe adiantar, como já tive o prazer de adiantar pessoalmente que, da nossa parte, foi verificada a regularidade da situação, inclusivamente sobre a questão das aves ou das cegonhas, teve ou mereceu parecer do ICNF, do qual pedimos cópia e temos cópia que lhe podemos facultar ou seja, o ICNF pronunciou-se favoravelmente pelo corte das árvores com os tais referidos ninhos. -----

----- Dar-lhe nota também, por uma questão de mera cultura geral, as cegonhas são ou eram aves migratórias, este era o período em que elas não deviam estar cá e, portanto não é um período de nidificação. Parece-me que aquilo que eu pude esclarecer, está esclarecido. -----

----- Quanto à questão da rapidez com que foi feito o corte, não me posso pronunciar sobre isso, já lhe dei. -----

----- Quanto à questão da prova RaceWars, eu ainda não tenho sequer nenhum projeto para a realização da prova, sei que já foi solicitado nos Serviços uma audiência para os nossos Serviços puderem reunir com as pessoas que organizam normalmente o RaceWars mas ainda não houve essa tal reunião, nem sabemos se se vai realizar o RaceWars. Você sabe mais que o Presidente da Câmara. Portanto é o que me cabe informar. -----

----- Quanto à questão da Vala de Pereira, dar-lhe nota que a Vala de Pereira naquilo que diz respeito à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, não apresenta qualquer problema assinalável. Quando denunciar a outra situação junto da APA, denuncie também esta situação. -----

----- Quanto à questão dos espaços concelhios e da segurança rodoviária. O corte das árvores, como sabe, tem vindo a ser feito. É evidente que nós vamos fazendo à medida que se vai acentuando o perigo de queda dos mesmos. Pode haver alguma árvore que nós não conhecemos, alguma árvore que esteja em perigo e, gostaria que fizesse o favor de nos alertar da sua localização porque, nós gostamos de deputados que colaborem com o Executivo e sabemos que é essa a sua intenção. -----

----- Relativamente às vias de comunicação, vou responder a todos. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

----- Eu gostaria de fazer um pacto de seriedade com os Senhores deputados Municipais e, o pacto de seriedade que eu quero estabelecer aqui hoje convosco, é um pacto muito simples. Eu vou pedir ao Senhor Chefe de Divisão, Miguel Felgueiras, que vos faça chegar, com a autorização do Senhor Presidente da Assembleia, via Assembleia Municipal, as folhas do Orçamento Municipal que dizem respeito à receita e aos investimentos que podemos fazer nas estradas e, nesse pacto de seriedade, os Senhores deputados Municipais quando reclamarem junto do Presidente da Câmara, vão-lhe dizer uma coisa tão simples como esta: Senhor Presidente da Câmara faça, promova a reparação desta estrada com base neste capítulo do orçamento, porque nós temos um orçamento real, não podemos mascarar o orçamento, os Senhores deputados tem que estar no mesmo plano de igualdade em relação a mim. Porque eu não tenho que inventar uma solução para um problema que não foi criado por mim. Eu convoco todos os deputados de todas as bancadas partidárias para, quando propuserem uma despesa, obra ou investimento, irem a esse resumo e dizerem, está aqui aquilo que está previsto para se gastar no ano 2016 e, a partir daí eu sou obrigado a fazer essa despesa porque vocês têm toda a razão, está lá previsto, está lá o dinheiro e eu, sou obrigado a fazê-lo.- Agora, meus amigos, nada de inventar soluções, porque é fácil falar e, nessa perspectiva, eu gostaria muito de obter aqui solidariedade de todos vós e, que me ajudem, me deem luz sobre esta situação em concreto e me digam assim: faça isto, isto e isto e, eu faço com todo o gosto, está aqui a cabimentação. Porque fazer omeletes sem ovos, não conheço ninguém, cozinheiros que fazem omeletes imaginárias há muitos mas, eu penso que nenhum de vocês quer ser ficcionário ou quer ficcionar soluções. Quer resolver os problemas. O meu compromisso para com os senhores deputados e para com os munícipes é um e tão só, em todas as situações onde eu puder intervir, onde eu tiver verba para investir, ela será efetivamente gasta na reparação das estradas e, já de agora, dizer que há várias estradas, não só aquelas que vocês enunciaram, em abono da verdade, que precisam de intervenção. Porque efetivamente, nós não temos dinheiro para chegar a todas. O que quer dizer, que há estradas bem piores do que essas e, portanto, nós vamos desenvolver um conjunto de operações de reparação dessas estradas. Quero-vos dizer que essas reparações custam muito dinheiro e, eu tenho que encontrar nesse tal papel, nesse tal documento que vai ser fornecido. É um pequeno exercício, não custa nada. é aliás o que eu faço todos os dias, às 8h30, a primeira coisa que faço, sei o que é que tenho de fazer para aquele dia e, tenho que arranjar verba para gastar e para aplicar naquele dia e, portanto, aquilo que eu peço aos Senhores deputados é solidariedade nesse desempenho. É evidente que não vale a pena dizer que eu é que tenho a função executiva, porque a verdade é que vocês têm que jogar com as mesmas armas que eu. -----

----- Eu estou convicto que até ao final do mandato, o problema das estradas vai ser resolvido, mas há outro, nomeadamente a água.-----

----- Desconheço a questão da qualidade de água de Pereira. Senhora Chefe de Divisão de Ambiente e

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

Obras Municipais, faça o favor de verificar as últimas análises de Pereira para verificar se houve alguma anomalia. Eu das que analisei, não constatei nenhuma anomalia.-----

----- Quanto à questão das estradas do campo, eu acho que há uma lamentável confusão porque, a partir do momento em que vocês fizerem aquele exercício do tal resumo que vos vai ser distribuído, vocês vão perceber que nunca poderei fazer nenhuma reparação nas estradas do campo. Porque não estão lá previstas. Não são do Município de Montemor-o-Velho, não estão lá previstas e, portanto, mesmo que quisesse fazer uma alteração orçamental, a mesma não era muito viável e escuso-me aqui de dizer porquê.

----- Em relação à proposta do Senhor deputado Ricardo Brites, de reforçar as verbas para as Juntas de Freguesia, eu não podia estar mais de acordo e, vou dar indicações aos Senhores Juristas para analisarem da viabilidade do mesmo mas, há uma nota que eu vos quero dar, também têm que fazer o mesmo exercício, ir ao tal orçamento e verificar a disponibilidade da tal verba que nós vamos libertar para as juntas, porque só assim é que é possível. Mas, eu estou aqui para construir soluções e aproveitar as sugestões que me dão os Senhores deputados. -----

----- Até 2.ª ou 3.ª feira, eu agradecia que os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Pereira e Santo Varão, fizessem o favor de nos relatar os prejuízos que essas freguesias tiveram porque nós vamos enviar um inventário de todos os prejuízos que houve no concelho à CCDRC por forma a que os mesmos tenham conhecimento e reclamando ajuda e colaboração dessa entidade para que possamos ter algum apoio extraordinário para esta situação. Portanto, como eu quero construir, estou aqui a convidar os Presidentes de Junta, também a nos ajudarem neste desígnio e, tenho a certeza, se vier alguma receita, ela será imediatamente canalizada para fazer as reparações do mesmo. -----

----- Senhor deputado Oliveira e Sousa, eu venho todos os dias da Figueira da Foz, não peço ajudas de custo mas, conheço melhor as estradas do nosso Concelho. Sabe porquê? Porque eu ando por todas as estradas e conheço-as e, ando com o meu carro. Portanto, eu gostava que o Senhor deputado ganhasse a elegância que eu lhe conheci em tempo e, se deixasse destas brejeirices porque, senão obriga-me também a responder em conformidade. -----

----- Venho da Figueira da Foz há muitos anos e nunca pedi uma ajuda de custo e, portanto aqui vai a resposta. -----

----- Quanto às máquinas, ao camião, a todas essas coisas, olhe, eu andei aí pelas cheias, como disse e, bem, eu não dormi, tipo peregrino. Às vezes molhava-me, outras vezes andava cheio de sono, outras vezes andava cheio de fome. Nunca me cruzei consigo por isso, também V. Ex.ª nunca se cruzou com as máquinas que até estiveram em Pereira a resolver um problema gravíssimo de uma coisa que nos surpreendeu e, teve muito a ver com a própria inundação que lá tivemos em Pereira, que afetou uma casa e, gerou ali alguns danos materiais. -----



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

----- A questão de Pereira tem a ver com um esgoto que foi construído quando foi edificada a Passagem Superior e, inexplicavelmente, esse esgoto está ligado diretamente ao leito central do Rio. Como o leito do Rio subiu a água passou a entrar por ali. E, foi a nossa proteção civil, essas tais máquinas, esses tais camiões, que resolveram o problema. -----

----- O problema é que o senhor passa muito pouco tempo por cá, por estas bandas, para ver essas máquinas, esses camiões a circular pelo concelho. Repare, eu tenho muito gosto em discutir consigo estas coisas e, também com este sentido de humor porque, efetivamente, dá-me gozo que haja uns que façam circular as máquinas e outros, que nunca as viram passar, porque nunca cá estão. -----

----- Quanto à questão do caminho público invadido, é bom e, como jurista, eu recomendo-lhe que volte a fazer um refresh à sua cultura jurídica, porquanto há aqui competências mas, olhe, isto está a ser analisado pelos serviços. Nós tivemos um report desta situação e, portanto está a ser analisado pelos serviços para ser respondido em conformidade. -----

----- Quanto à questão do membro Ricardo Brites. Eu só quero agradecer a sua colaboração a um anúncio que eu já fiz no aniversário dos Bombeiros, porque nós estamos a estudar precisamente a situação. Penso que a maioria dessas sugestões, já consta de um documento que foi entregue pelo Senhor Comandante dos Bombeiros e que está em estudo na Subunidade Orgânica de Assuntos Jurídicos e Contencioso porque, também é nossa intenção e, eu disse na altura que estaríamos disponíveis para dar esses tais benefícios sociais. Penso que quase todos os que enunciou constam das recomendações que o Senhor Comandante dos Bombeiros fez chegar à Câmara mas, se quiser eu tenha conhecimento das suas, muito bem, faça-se chegar essas recomendações. -----

----- Penso que é importante e, por isso agradeci, acho que nós temos que incentivar o voluntariado nos Bombeiros e, acho que é uma boa medida nós criarmos esses benefícios. -----

----- Aqui a questão da água é que é mais complicada. Eu não sei se se lembram, eu para ter os benefícios sociais e, alguns escalões, tive que ir a Lisboa defender a situação e, eu tinha dito aqui uma coisa. Eu já disse isto ao Comandante dos Bombeiros e, portanto transmito aqui com todo o à vontade, não tenho problema nenhum. Na água, eu não queria mexer no tarifário da água, nem no regulamento da água. É uma altura muito perigosa para o fazer. Deixá-lo estar como está porque eu não quero mexer nos preços nem nos valores da água e, eu tinha prometido isso às pessoas e, sobre assunto, a resposta vai ser negativa. Nas outras vamos estudar a situação. -----

----- Quanto à questão das passagens de nível, transmitiu-me a Senhora Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais Isabel Quinteiro, que já fizemos uma vistoria com as infraestruturas de Portugal às passagens de nível mas, lá está, eu da próxima vez convido-o a trazer a tal cabimentação financeira porque é assim que vamos trabalhar a partir de agora. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

----- As prioridades são: passagem de nível de Liceia, Pimenta Simões, Bebedouro e Vila Franca mas, temos que ser justos e corretos, com cabimentação financeira.-----

----- Relativamente às cheias, gostava de pedir ao deputado Oliveira e Sousa que, da próxima vez que trouxesse o seu requerimento, que me dissesse onde são os tais estrangulamentos de trânsito porque era importante para os Serviços. Pode ser que nós não conheçamos. Ou então pode ser daquelas vias que não são da Câmara Municipal e aí damos logo a resposta. Se forem da Câmara Municipal, nós temos que tratar do assunto.-----

----- Dar-lhe nota também que, Montemor-o-Velho foi reconhecido por todas as pessoas com quem eu falei, como sendo um Município que melhor informação prestou ao nível das cheias. Nós temos na página da Câmara Municipal milhares de visualizações, que não correspondem a munícipes de Montemor-o-Velho. São munícipes de outros Concelhos que nos agradeciam onde andávamos pelo facto de sermos o único Município que prestávamos informação das vias alternativas mas, concordo consigo que temos que melhorar. Para o futuro, vamos melhorar ainda mais, vamos criar sinalética provisória e vamos fazer um ensaio já com a Abrunheira e vamos passar depois a outras Freguesias.-----

----- Respondendo às questões da deputada Ana Cristina Jorge, o saneamento do Zambujeiro está concluído. Há algumas correções que nós pedimos ao empreiteiro para fazer mas, está concluído, não percebo porque é que faz a interpelação.-----

----- A situação do lixo foi já resolvida. Se houver alguma situação que esteja em causa, agradecia que dissesse aos Serviços e, com todo o gosto recebemos essa informação porque nós pagamos o serviço, não é porque não queiramos fazer ou porque queiramos prejudicar quem quer que seja. Agradecia que nos dissesse o sítio ou local exato para que tal situação fosse resolvida.-----

----- Quanto à luz pública na União de Freguesias, o pedido já foi solicitado à EDP. Eu também já expliquei esta situação porque é que nós fizemos o desligamento das luzes, foi em cumprimento de um projeto GEO IP, que foi feito neste Concelho e em todos os Concelhos deste país. Como sabe, nós temos que poupar dinheiro na energia, que é uma despesa muito avultada que temos no nosso orçamento e temos que fazer poupança nessa matéria.-----

----- Quanto à questão da Escola de Pereira, eu hoje fui lá dar uma aula a Pereira e, os meninos reclamaram-me as situações que aqui foram denunciadas. Fiz questão de falar com a Eng.<sup>a</sup> Isabel Quinteiro, no sentido de resolver ali a questão. Mas, há ali um pormenor que tem a ver com a titularidade onde querem que nós façamos o abrigo e, portanto temos que resolver isso em parceria coma junta isso vai ser resolvido logo que possível. Continuo a achar que, por uma questão de justiça, todas as propostas de despesa têm que trazer cabimento orçamental.-----

----- Quanto às peças de metal soltas, desconheço a gravidade da situação, porque nós fizemos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

intervenção muito recentemente. Não sei se a Senhora deputada verificou nós tivemos lá a intervir. Se alguma coisa ficou para trás, agradeço que me diga.-----

----- Ainda relativamente às cheias a primeira nota que vos quero dar e que eu acho importante todos os deputados devem saber. Estas cheias são equiparáveis às cheias de 2001. E eu vou passar a explicar. Nas cheias de 2001, o dique que causou os estragos em Montemor-o-Velho, rebentou aos 1910 m<sup>3</sup> por segundo, a passar no leito central ou seja, aquela obra que vocês falam, está dimensionada para passar no leito central 2000m<sup>3</sup> por segundo e, posso-vos dizer que nesta cheia que nós tivemos, estiveram durante 2 horas a 1950 m<sup>3</sup> por segundo e 1 hora a 1960 m<sup>3</sup> por segundo ou seja, estivemos muito perto do limite máximo de segurança do Leito Central e das margens do Rio. Só não houve mais problemas porque, como foi aqui muito bem dito pelo membro Ricardo Brites, os fusíveis/descarregadores de superfície funcionaram não na plenitude mas, funcionaram e, por isso mesmo, as margens foram salvaguardadas. Por isso mesmo, também tivemos água no Centro Náutico e, temos água ainda hoje na Ereira. Ainda há uma estrada com problemas na Ereira porque, essa água que veio dos descarregadores, passou ali naquele único sifão junto à Ponte das Lavandeiras, passa por baixo do Rio velho e vai para a Ereira. O que é que temos de problema aqui? Temos um problema que já foi reclamado por mim e, já de agora, não queiram que a Câmara faça estas obras. Por unanimidade, todos perceberão que eu fiz o meu papel, reclamando junto de quem devia, as obras que são necessárias concluir. Eu quero dar aqui nota que, deve haver uma solução para tirar a água do Centro Náutico, porque não há. Só há aquele sifão. Portanto, eu já reclamei essa situação.-----

----- Outra situação é a estação de bombagem do Foja. Eu vou-vos contar aquilo que lá se está a passar. É uma coisa tão simples quanto isto: aquilo estava preparado para 6 bombas, depois para 5 e, ficou só com duas. Neste momento só está uma a trabalhar. Essa bomba tira 6m<sup>3</sup> por segundo e, por baixo dessa estação de bombagem ou ali perto, está uma rotura que mete para o mesmo sítio 2m<sup>3</sup> de água por segundo ou seja, a bomba tira 6 e, entram 2 por baixo. Por isso é que a água demora tanto tempo. Houve alguns experts e, um dia destes, temos de convocar esses experts, aqueles treinadores de bancada, que diziam que eu mentia quando dizia que a água ia demorar muito tempo a sair e estava preocupado porque a água ia demorar muito tempo a sair. Aí está. A água não saiu e vai continuar algum tempo mais mas, eu quero dar nota desta situação que me parece importante. A obra do Baixo Mondego funcionou. Contrariamente àquilo que foi aqui dito, a obra funcionou e, funcionou bem e, quero-vos dizer que, desta vez e, não é por acaso, os técnicos da APA trabalharam muito bem a questão dos caudais. Inclusivamente, houve um dia em que baixaram propositadamente o caudal central do Rio Mondego para tirarmos a água do Marujal e de Santo Varão e tirámo-la ou melhor, eles tiraram porque a Câmara não interfere nisso. Isto tem a ver com uma coisa muito simples: a APA e os técnicos da APA passaram a respeitar aquilo que nós dizemos em Montemor e, eu também disse numa reunião em que estive presente em conjunto com o Senhor Ministro

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

do Ambiente que, da próxima vez que eles me viessem com a história que vieram no dia 11 de janeiro, eu convocava os jornalistas para a Câmara Municipal de Montemor e denunciava algumas inverdades que estavam a ser ditas. Porque nós temos monitorização dos caudais na Câmara de Montemor e, por isso mesmo e, bem, a APA desta vez fez uma gestão criteriosa de um caudal enormíssimo que passou no Leito Central e, isto tem de ser destacado. Se eu critiquei, agora também tenho que elogiar. É preciso notar que este fenómeno vai acontecer sempre. No inverno vamos ter sempre este tipo de cheias. É evidente que há aqui um fator que está a desequilibrar e ninguém fala, que é a questão das alterações climáticas que alteram provavelmente as premissas que estiveram subjacentes à feitura do projeto e, por isso mesmo, já houve compromisso do Senhor Ministro do Ambiente e, estou a dar respostas concretas ao que me perguntaram, no sentido de alterar os protocolos de gestão hídrica que estavam estabelecidos e, inclusivamente, há um compromisso que também foi assumido por sugestão/reclamação minha, de uma revisão global à obra do Mondego onde vai ser nomeada uma comissão composta por peritos de engenharia, de LNEC, a fazer uma verificação de toda a obra porque, conforme eu lhe reporte, passaram 40 anos e, passaram, se calhar 10 anos, após a última vistoria que se possa dizer com esse nome. Por isso mesmo, está anunciado e, espero que se cumpra e, portanto, o meu papel é reclamar e pugnar para que estas coisas se concretizem. Alguns milhões de euros para se fazerem estas duas coisas que eu disse e, uma outra coisa, que é a monitorização do Mondego e, essa monitorização, para que vocês saibam, vai ser feita, com reforço dos meios tecnológicos da APA e, também da CIM e, o projeto da CIM é uma réplica daquele que nós temos implementado em Montemor-o-Velho e que vai ser replicado nos outros Concelhos que fazem parte da CIM.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Iremos passar de seguida ao ponto 2 da AM.”-----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro.** -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente da Câmara, ouvi-o com toda a atenção e, como sabe, eu tenho muito respeito por V. Ex.ª. -----

----- V.Ex.ª é um homem dedicado, trabalhador, intelectualmente sério mas, quero-lhe dizer que tem uma visão cachucha do Concelho.-----

----- V. Ex.ª, várias vezes se tem referido a mim que gostava de ouvir determinados tipos de poesias. Quando eu falava nas rosas e que V. Ex.ª copiou. Foi ao jardim dos outros e foi buscar uma florinha, deixou secar ou murchar o jarro que estava consigo. Não foi? Eu sei que V. Ex.ª tem bom gosto mas, por outro lado, tenho que dizer, Senhor Presidente, faz-me lembrar e, eu dir-lhe-ia até, eu iria interpretar Mário Sá Carneiro, mas olhe, para falar em sol, o Senhor vive na Figueira e queima-se todo, para falar no Céu, V. Ex.ª

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

é lampião mas, vou-lhe dizer sinceramente, brasa não é. E sabe porquê? Para este Concelho tão deprimido e deprimente de quem vive aqui, falta-lhe um grande golpe de asa. Percebeu, Senhor Presidente? V. Ex.<sup>a</sup> também é atrevido, eu sei que é, quando diz que vem da Figueira e não pede ajudas de custo mas, V. Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento que, as ajudas de custo que me pagam, a lei permite-me e confere-me esse direito. Mas V. Ex.<sup>a</sup> também sabe que esse dinheiro que me pagaram, eu entreguei-o a uma associação deste Concelho das crianças diminuídas, onde estive a sua adjunta. Poucas pessoas têm coragem de fazer isto. Saiba V. Ex.<sup>a</sup>, que eu não estou aqui por dinheiro, estou tão só e, fui eleito por este povo por amor a esta terra. Para dar dignidade e esperança às pessoas. V. Ex.<sup>a</sup> diz que é um peregrino, diz que precisa de luz mas, V. Ex.<sup>a</sup> não está morto. Está? Já morreu? Eu penso que as considerações que V. Ex.<sup>a</sup> fez aqui é um nado morto. Porque sabe que muitas pessoas são crentes neste Concelho e, vão às bruxas para lhe pedir luz e, eu sinceramente, acho que o Senhor está vivo e não precisa de luz mas, vai precisar. Alguém que lhe abra os olhos. O tipo peregrino também não se acrescenta a V. Ex.<sup>a</sup>, porque V. Ex.<sup>a</sup> se vai aos funerais, ou aos batizados ou aos casamentos, também vai enfim, por cumprimento de graça. -----

----- Quanto ao pacto de seriedade, Senhor Presidente, aquilo que lhe disse, em termos amplos, até jocoso e a brincar, sem ofender, pelo respeito que merece, pela confiança que temos, essa é que lhe falta um grande golpe de asa. Porque, se eu tiver que investir só à espera das receitas, eu não faço nada. Não tenho dinheiro, não faço nada. Ninguém me empresta, não faço nada. Senhor Presidente já aqui lhe disse que, o nosso Concelho é um Concelho lindo, é um Concelho com todas as condições para os empreendedores aqui investirem. V. Ex.<sup>a</sup> tem é que dar confiança a essas mesmas pessoas. V. Ex.<sup>a</sup> tem que ter esse golpe de asa e que não tem tido e, eu à entrada de Montemor, entro no Parque de Negócios e vejo lá um cemitério. À saída de Montemor para a Ereira, só vejo bois parados, murchos e quedos. V. Ex.<sup>a</sup> quer que este Concelho se desenvolva. -----

----- V. Ex.<sup>a</sup>, se me permite, olhe para aquela fotografia que está ali à frente. Eu vejo queijadas e vejo as cegonhas e, sabe o que é o Património Natural do nosso Concelho? Naquelas pessoas que se dedicam à natureza e gostam da natureza, aquelas pessoas que consomem e ficam nos hotéis ou nas pousadas ou nas pensões aqui em Montemor. São aquelas pessoas que nos visitam nos momentos mais díspares do Concelho para virem visualizar as árvores e, sabe o que V. Ex.<sup>a</sup> fez? Matou-as. Matou tudo o que é natural neste Concelho. Matou aquelas cegonhas. Não permitiu que elas nidificassem ali. Não permitiu que elas fossem visualizadas ali. Ora, V. Ex.<sup>a</sup> tem operários na Câmara para apararem as árvores, para apararem os ramos. Não necessitaria de invocar 2012 para abater aquelas árvores, não necessitaria de invocar a telefonista da APA e que disse corte as árvores. Senhor Presidente, nestas coisas é preciso bom senso. Não é só executar, é bom senso e o bom senso manda e imperava que V. Ex.<sup>a</sup> mandasse lá os operários da Câmara, pessoas com muita dignidade e que cortassem os ramos para que não caíssem nos carros e nos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

barcos que por ali passavam. Poucos barcos ali passam. Portanto, aparava as árvores e deixava estar os ninhos daqueles bichos que não têm ninguém que os defenda. V. Ex.<sup>a</sup> matou mais uma vez o turismo de quem passava ali para visualizar aquelas cegonhas. Esse é o modo que V. Ex.<sup>a</sup> chama aqui ao investimento. É isso que realmente eu não consigo distinguir e, vejo que V. Ex.<sup>a</sup> mudou. Mas, mudou para pior, Senhor Presidente, desculpendo-se de uma forma que, na verdade as pessoas que o ouvem até pensam que V. Ex.<sup>a</sup> está muito sensibilizado. Isso é treta. Interessou foi resolver um problema de qualquer maneira.-----

----- Eu estando cá, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, eu sou representante político do Movimento Independente de Cidadania, V. Ex.<sup>a</sup> não sabe quantas pessoas estão neste movimento. Eu não preciso de estar nas 11 freguesias deste Concelho. Eu preciso de saber o que se passa neste Concelho e, nas cheias, estive preso em minha casa, não consegui sair de lá. Estive dois dias preso em minha casa. Sair para Arzila não podia sair, sair para o lado também não podia sair. Como vim de comboio, o comboio parou e, ali eu fiquei à espera que as águas descessem ou corressem para espaços alternativos. Visualizei também em Pereira, V. Ex.<sup>a</sup> esteve em Pereira, eu soube, estive com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pereira. Só não digo um assunto que se passou com o Senhor Presidente da Junta e com V. Ex.<sup>a</sup> porque eu, realmente, admiro o Senhor e tenho respeito pelo Senhor mas, o que merecia é que dissesse aqui a verdade que aconteceu. Não o digo pelo respeito que tenho pelo Senhor. Percebeu? Eu não estou aqui a fazer gincana política, eu falo verdade e, falo olhos nos olhos e digo-lhe o que V. Ex.<sup>a</sup> faz bem e o que faz mal. Portou-se muito bem, Senhor Presidente nas cheias, tiro-lhe o chapéu.”-----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu gostaria de responder ao Senhor Presidente de Câmara. O Senhor Presidente diz aqui algumas vezes que tem uma atitude construtiva, eu posso-lhe desde já dizer que, o facto de nem sequer ter respondido à líder de bancada do PS, na interpelação que ela aqui colocou, no apelo que ela fez, leva-me a achar que o Senhor nuns responde para se defender e não responde com uma atitude tão construtiva quanto isso. Até acho que levantou uma questão bastante pertinente e, o Senhor nem se deu ao trabalho de responder. Porquê? Ela não o atacou e o Senhor não tem essa atitude tão construtiva que aqui diz.-----

----- Eu quando o interpelei relativamente às estradas, eu não lhe pedi em situação nenhuma que fizesse uma reparação imediata, eu pedi-lhe e perguntei-lhe apenas, questionei-o se havia algum projeto. O projeto pode contemplar o orçamento de 2016, o orçamento de 2017 que vai ser o Senhor a fazê-lo, o de 2018 que também deverá ser o senhor a fazê-lo, o de 2019, 2020, e até o de 2021 ou os outros para a frente. Tem 3 mandatos para fazer orçamentos para reparação de estradas. Ninguém aqui lhe disse, tem que ir já reparar as estradas imediatamente. Não lhe foi colocada essa situação. Por isso, não me peça para fazer o seu trabalho. Porque é isso que me está a dizer. Eu é que tenho de arranjar o orçamento? Eu é que tenho de lhe dizer onde é que está o dinheiro para isso? O seu orçamento de 2016, o senhor é que sabe

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

onde é que tem o dinheiro para isso. -----

----- O seu orçamento de 2017, é o senhor que o vai fazer, o de 2018, havemos de ver se sim ou não. Se for eleito será também o senhor a fazê-lo e por aí adiante. A única coisa que lhe perguntei e, tendo em conta aquilo para que foi eleito, que é defender o interesse das pessoas, é se há projetos da parte da Câmara para reparação das estradas. Porque é uma situação perigosa. Que necessita da sua atenção. Projetos! Não lhe pedi nada para o imediato. Nada!” -----

----- Pedeu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: Senhor Presidente, com menos poesia, aquilo que quero questionar relativamente ao tão falado abate das árvores é saber, e nós sabemos que o aval do ICN chegou no dia 21 mas, uns dias antes já tinham sido abatidas árvores. Essa é a verdade. E essa questão não foi aqui colocada. Agora, efetivamente, havia já há alguns anos a identificação de alguns choupos que tinham que ser abatidos mas também haviam choupos que não deveriam ter sido abatidos. Deviam ter sido alvo de intervenção preventiva que devia ter sido pedida e solicitada pelos Serviços da Câmara ou a própria Câmara fazê-lo, pedindo que fossem restabelecidos os gastos que a Câmara teve com árvores que não pertencem ao Município. Se era de facto, essa a preocupação do Município, teria que o fazer. Essa é que é a verdadeira questão. Houve árvores que foram abatidas antes dos pareceres do ICN. ---

----- Relativamente à obra hidroagrícola do Mondego, eu não posso concordar com o senhor Presidente e afirmar que aquela funcionou. Ela não funcionou porque não foram cumpridos os objetivos para os quais ela foi feita. Não foram salvaguardadas pessoas e bens e não foram protegidas culturas alternativas que essas obras visavam: que o Baixo Mondego tivesse uma alternância entre milho, arroz e hortícolas. Os principais objetivos da construção da obra do Baixo Mondego não foram atingidos e, por isso não posso dizer que a obra funcionou. Não posso dizer que a obra funcionou quando, e muito bem o senhor Presidente disse, só temos uma bomba a funcionar na estação elevatória do Foja. E temos um retorno de 2m<sup>3</sup> novamente para o leito periférico direito. Não posso dizer que a obra funcionou quando o campo é inundado e depois temos um sifão de medidas que não estão enquadradas no escoamento das águas que deviam ser feitas. Não posso dizer que a obra funcionou. A obra tem defeitos, não está concluída e precisa com a máxima urgência ser concluída. Aqui ninguém está a atribuir responsabilidades à Câmara Municipal, aqui estamos a apurar factos que não podem ser desvirtuados.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu, em relação à intervenção do Senhor deputado Oliveira e Sousa não vou responder, como eu já lhe disse, eu até estava a gostar, até me ri, mas quando passou ao ataque pessoal, acabou e, quando diz mentiras descaradas, não há volta a dar. Não entro nesse discurso. -----

----- Só gostaria de lembrar todos os deputados que quando aqui cheguei à Câmara Municipal o Parque de Negócios tinha um ilustre industrial instalado e a funcionar, que era a Forjarte. Tudo o resto já

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

não existia. Eu só peço alguma calma e alguma paciência aos Senhores deputados porque eu não tenho culpa de que o programa Portugal 2020 tenha atrasado. As contas fazem-se no final, para o ano vamos verificar o que ali temos. E eu, se calhar, tenho boas surpresas para todos vós e para aqueles que falam sem saber e sem perceber o trabalho que está a ser feito. Mas as contas fazem-se no final. -----

----- Em relação à intervenção do Senhor deputado Luís Madaleno, uma primeira nota para lhe pedir desculpa, porque eu não percebi que só me pediu os projetos. Da próxima vez, vamos continuar com o pacto, eu vou ter os projetos todos aqui, todas as estradas estão orçamentadas pelos Serviços, está tudo calculado, é só preciso aquela coisa que eu mais gosto e que preciso desesperadamente nesta Câmara, que é dinheiro. E, portanto, se você continuar a pedir projetos eu digo quanto é que custa e depois vai-me dizer onde é que eu o vou buscar. Eu peço desculpa, não percebi que estava a pedir projetos, eu pensei que estava a pedir a reparação. Há projetos de 99% de todas as estradas e estão todas orçamentadas, inclusivamente eu fiz um levantamento com todos os Senhores Presidentes de Junta no sentido de aferir com eles todas essas estradas. -----

----- Ó Senhor deputado Luís Madaleno, a senhora deputada Albertina Jorge não me interpelou. Eu só não percebi é uma coisa, o Senhor não cumpriu a sua função, na sua bancada, porque ela interpelou as outras bancadas. Ela convidou as outras bancadas, não convidou o Presidente de Câmara. Eu concordo inteiramente com o que ela diz, mas notoriamente ela convidou todas as bancadas a solidarizarem-se com a proposta dela, e, eu, naturalmente, aprecio. Nós preparamos esta reunião, não percebo qual a razão dessa sua interpelação. Nem parece seu, tão pouco deselegante. Não tem sentido. Eu não percebo porque o fez. - -----

----- Respondendo ao Senhor deputado Ricardo Brites, eu disse que a obra tinha funcionado na parte que diz respeito ao escoamento da água e denunciei os defeitos da obra. Mas a obra funcionou, porque não rebentou nenhum dique. É nesse sentido. Agora é evidente que tem os seus defeitos, eu próprio os denunciei. A questão do sifão, também disse aqui e, inclusivamente aponte uma solução, ou um problema que tem de ser resolvido, tem que ser novamente enquadrado. Mas quero-lhe dizer que se não houvesse aquele sifão a Ereira tinha problemas. Da próxima vez o Senhor aproveita estes momentos para fazer o mesmo que eu fiz. Que é a única coisa que podemos fazer. Eu levei a televisão lá às bombas. Foi a primeira vez que foram filmadas. O que quer que eu faça mais? Eu não posso fazer mais!-----

----- Relativamente às árvores, efetivamente, num dia de temporal foram empurradas três árvores pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, como aquelas que o Senhor deputado Oliveira e Sousa reclama, caindo uns troncos. Senhor deputado, não brinquem com coisas sérias, essas árvores não tinham nenhum ninho. Não era preciso parecer do ICNF. O ICNF deu parecer por causa dos ninhos. Essas não tinham nenhum ninho. Aliás essas árvores quase não tinham galhos ou ramagem. Já estavam secas. São as três



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

árvores que foram empurradas pelos serviços de Proteção Civil, também tenho fotografias que posso mostrar aos Senhores deputados. Porque não se pode só mostrar as fotografias dum lado, tem de se mostrar dos dois lados. Os troncos têm dois lados. Se quiserem eu mostro. Eu nem sequer tenho de defender a APA. Esta questão já devia ter sido esclarecida há muito tempo. Não se pode divulgar, à viva força, que a Câmara Municipal, em particular o Presidente, tenha culpa em relação aquele abate de árvores. Não tem! Por mais que vocês lutem e se digladiem, não tem!”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de passarmos ao próximo ponto da Ordem de Trabalhos, há aqui uma questão pendente e que temos que resolver. -----

----- Como perceberam o Senhor deputado Ricardo Brites, apresentou uma Proposta e que depois de validar com os proponentes, se deve alterar o texto de Proposta para Moção. No primeiro parágrafo onde se diz: “*vem através da Assembleia Municipal*”, em vez de “*propor*” utilizaria o verbo recomendar. Uma vez que ninguém se quer pronunciar, julgo que podemos passar à votação da Moção. -----

----- Moção apresentada pelos membros Ricardo Brites e Carolina Aires (CDU) – Reforço Financeiro extraordinário às Juntas de Freguesia de Pereira e Santo Varão – Cheias 2016, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 08 e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto 3. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A listagem tem a ver com um ajuste direto, porque nós lançámos o concurso de recolha de resíduos urbanos e no entretempo teve que continuar a ser assegurada essa recolha e portanto está aqui essa situação traduzida em documento.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu só queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se sabia quando terminava e porque é que não iniciaram este concurso internacional atempadamente de modo a que esta situação não se verificasse, para que não fosse necessário este compromisso que hoje traz aqui à Assembleia. Porque é que este concurso não foi acautelado mais cedo?”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Por uma razão muito simples. Porque nós partimos sempre do pressuposto e tínhamos essa informação da ERSUC que poderíamos continuar a assegurar o serviço enquanto decorresse o concurso com a ERSUC e depois foi verificada uma incompatibilidade legal de continuidade desse serviço. A partir daí, teve que se colocar esta questão que tem a ver com uma situação de interpretação legislativa, de incompatibilidade de continuidade de prestação de serviços da ERSUC.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Por isso é

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

que é minha opinião que, efetivamente, o concurso devia ter sido lançado mais cedo. Certo?” -----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Já lhe expliquei que o concurso estava preparado. Houve esta situação e alterou tudo. Alterou os dados do problema.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Então o que o Senhor Presidente está a dizer é que o concurso já estava preparado e por 10 anos.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Se bem entendi, o que a Senhora deputada está a solicitar é informação para tomar conhecimento disso. -----

----- Julgo que a Senhora deputada está esclarecida sobre esta questão e portanto, como mais ninguém pediu intervenção, podemos passar ao ponto 4.-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 4. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Listagem de isenções e/ou reduções de taxas.** -----

----- Não havendo intervenções, a AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Arazede – Delegação de Competências.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de dar a palavra aos membros que já me fizeram chegar os pedidos, proponho esta metodologia à Assembleia se assim o aceitarem. É que, como compreendem, do ponto 5 ao ponto 15, apenas vai variando a Freguesia ou a União de Freguesias, são situações de aditamento ao acordo de execução. Proponho que fizéssemos a discussão dos pontos de imediato e depois votamos individualmente. -----

----- Vejo, pelo assentimento dos líderes de bancada que sim e, por isso, dou a palavra ao Senhor deputado Oliveira e Sousa.-----

----- Usou da palavra o deputado Oliveira e Sousa que disse: “Para o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, as Juntas de Freguesia são atualmente as únicas entidades que tutelam a proximidade das pessoas do Município. Por este motivo todas as verbas transferidas para as mesmas são mais que justificadas. No entanto, Senhor Presidente, como estamos a falar de dinheiros públicos transferidos para as Juntas e competências que são da sua responsabilidade, que são delegadas, ficava-lhe bem, como é seu dever, apresentar perante os membros desta Assembleia, os resultados alcançados pelos anteriores Protocolos assinados no ano transato. Desta forma estaria a fazer um elogio ao trabalho assíduo dos Presidentes de Junta mas também o reconhecimento perante a sociedade Montemorense da gestão dos dinheiros públicos. E se não souber, é caso para perguntar, porquê? Ou ainda, se Vª Ex.ª não souber, questionar um por um, dos Senhores Presidentes de Junta que aqui estão presentes. O mesmo se aplica às

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

várias Associações deste Concelho. Se foram transferidos dinheiros públicos para as mesmas e se foram, quais os seus montantes individualizando cada uma de per si e quais os resultados alcançados com os mesmos dinheiros públicos. -----

----- Senhor Presidente ficava-lhe bem prestar estes esclarecimentos aos membros desta Assembleia. O Movimento Independente de Cidadania, não tem dúvidas que V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> vai fazer e prestar estes esclarecimentos todos, a bem da transparência.” -----

----- Pedeu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Antes de mais queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara em que é que consistem estes aditamentos, uma vez que isto nos remete para os anexos que estão incluídos mas nós não chegamos a conclusões muito conclusivas. Queria que nos explicasse de uma forma resumida em que consiste.” -----

----- Pedeu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Só para informar que não temos a menor dúvida que as Juntas de Freguesia são uma mais-valia para o desenvolvimento do Concelho, que todas as verbas que lhe são transferidas e que lhe são atribuídas são bem aplicadas, no sentido de desenvolver cada uma das Freguesias e melhorar a vida dos seus munícipes. Todos estes acordos, estes aditamentos foram, com toda a certeza, acordados e negociados com cada uma das Juntas de Freguesia e portanto, nós só temos que nos congratular pela sua existência, por eles existirem, pelo bom trabalho das Juntas e pela colaboração profícua que há entre o Executivo e as Juntas de Freguesia. Pelo que nada temos a opor e iremos votar favoravelmente a todos eles.” -----

----- Pedeu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Desde que este novo modelo foi implementado que nos sobram mais do que dúvidas para saber se os meios correspondem às competências que são atribuídas às Juntas de Freguesia. Ficamos também com algumas dúvidas se todos os Presidentes de Junta e todas as Juntas de Freguesia ficam satisfeitos com os montantes que lhes são atribuídos. Temos ainda, bastantes dúvidas relativamente à situação económica e financeira que algumas Freguesias atravessam neste momento e se com estes valores e com as competências que lhes são atribuídas por inerência, se não estamos a contribuir, ou se este Executivo, não está a contribuir para o agravamento desses mesmos problemas. Por isso, não podemos, ou não iremos votar favoravelmente, estes acordos. Não porque não estejamos de acordo com a atribuição dos valores às Juntas de Freguesia, mas pelo valor da importância que lhes é atribuída. Sempre aqui defendemos que as Juntas de Freguesia e os Presidentes de Junta merecem e, têm o direito a receber um orçamento mais alto, mais elevado, neste caso não é um orçamento mas os meios que são disponibilizados às Juntas de Freguesia para completar o seu orçamento. E também pela análise que fizemos, mais uma vez, não concordamos com o método utilizado, deixa-nos bastantes dúvidas para os montantes que depois são atribuídos. Qual regra e esquadro pelos diferentes itens que dão uma soma que temos dúvidas que seja a mais equitativa para as Freguesias.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

Estão aqui Freguesias presentes nestes quadros que, olhando para os números e, olhando para a realidade que conhecemos, não só científica porque essa deixamos para outros que gostam muito de modelos científicos, não poderemos estar de acordo com os valores que são aqui apresentados. As nossas Juntas de Freguesia têm o direito de receber mais financiamento por parte desta Autarquia.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “ Em relação à interpelação do deputado Oliveira e Sousa, tenho a dizer que os Senhores Presidentes de Junta só recebem esta tranche com a apresentação do relatório circunstanciado de todas as ações daquele quadrimestre. Isso consta dos próprios acordos de execução, não era preciso interpelar. Está documentado e escrito e, quero dizer aqui que, as Juntas de Freguesia têm feito um trabalho notável, cumprindo escrupulosamente as suas competências delegadas nestes acordos de execução, tem havido um perfeito entendimento, mesmo alguma tolerância quando nós não damos as máquinas todas, porque uma está avariada, tem havido um diálogo e entendimento profícuo entre os Presidentes de Junta e o Executivo Camarário. -----

----- Quanto à questão suscitada pela Senhora deputada Ana Cristina Jorge, quero dar-lhe nota de que consta da informação preliminar aquilo que me pergunta. Mas dou-lhe em concreto, para facilitar a consulta. Foram alterados os anexos de suporte aos acordos de execução, em duas coisas em concreto, o número de dias de máquinas que lhes são distribuídos, que passaram a dois e conseqüentemente como houve uma diminuição de um dia de máquinas, foram compensados com mais dinheiro no montante global. Isto com acordo unânime de todos os Presidentes de Junta, que preferiram ter esse reforço de verba do que terem o tal dia de máquinas que em muitas das vezes não era satisfeito na plenitude e assim passaram a ter esse reforço de verba que lhes permite contratar externamente. Houve aqui um percurso efetuado por este Executivo que encontrou a Câmara na situação em que encontrou, é evidente que fez um esforço incrível no sentido de manter este financiamento e poder ter esta delegação de competências e hoje já ultrapassámos, em relação ao Executivo anterior, aquilo que era disponibilizado em condições muito menos rigorosas do que esta, em mais de 10 000€. E portanto, estamos no caminho. Os pagamentos são feitos atempadamente. Relativamente ao aumento das transferências, temos que justificar porque é que damos mais dinheiro. Nessa perspetiva, continuam a ter os pressupostos errados, aqueles que pensam que isto é a mesma coisa do antigamente. Não tem nada a ver, aqui há uma quantificação das competências, agora os critérios estão discutidos. Só foram alterados os anexos, nada mais. O acordo de execução mantém-se. -----

----- Em relação ao resto onde fui interpelado, não me parece que seja eu a ter que falar sobre o assunto. -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “É só para informar que a nossa bancada se vai abster porque nós não concordamos, nem nunca concordámos, como

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

estes critérios estão discriminados. Efetivamente a Lei mudou e o que o Senhor Presidente diz é uma verdade. -----

----- Estão a dar agora mais dinheiro do que davam no passado, eu aí com a devida salvaguarda, só vendo números, porque realmente não me parece de todo. Tem de fazer esse levantamento para termos dados concretos, não podemos falar de cor. Tem que se ver o que era, o que é e, o que é que podia ser. Agradeço desde já o Senhor dar esse esclarecimento, está aqui a dizer que os anexos foram alterados, mas esse esclarecimento que o Senhor me deu, foi muito importante. Porque diz aquilo que vai ser alterado. Naturalmente os Senhores Presidentes de Junta, são pessoas que trabalham diariamente com os seus fregueses, estão no terreno, não sei se ficarão beneficiados, ou não com esta troca, mas depois eles no final do ano, logo verão as contas e logo lhe transmitirão se realmente foi uma mais valia trocar, e passo a expressão, um dia de máquinas por mais dinheiro. Naturalmente, volto a repetir, a nossa bancada vai abster-se, mas iremos dar a liberdade de voto aos nossos Presidentes de Junta porque aqui há que assumir as coisas frontalmente e essa é a nossa política. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Votação: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção -----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção -----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção -----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor -----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção -----
----- Carolina Ferreira Alves-----	Abstenção -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

----- Maria Graça Valente Reis-----	A Favor -----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção -----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos -----	A Favor -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- António Almeida Coelho -----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor -----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Carapinheira – Delegação de Competências.**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:- -----

----- Votação: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção -----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção -----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção -----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção -----
----- Carolina Ferreira Alves-----	Abstenção -----
----- Maria Graça Valente Reis-----	A Favor -----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção -----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos -----	A Favor -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- António Almeida Coelho -----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor -----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Ereira – Delegação de Competências.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:- -----

----- Votação: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção -----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção -----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção -----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor -----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção -----
----- Carolina Ferreira Alves-----	Abstenção -----
----- Maria Graça Valente Reis-----	A Favor -----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção -----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos -----	A Favor -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- António Almeida Coelho -----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor -----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Liceia – Delegação de Competências.**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

indica:-	-----	
-----	Votação:-----	
-----	Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor -----
-----	Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção -----
-----	Carlos Lucas Correia-----	A Favor -----
-----	Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção -----
-----	Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor -----
-----	Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção -----
-----	Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção -----
-----	Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor -----
-----	Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção -----
-----	Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor -----
-----	Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção -----
-----	Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor -----
-----	Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção -----
-----	Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor -----
-----	Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção -----
-----	Carolina Ferreira Alves-----	Abstenção -----
-----	Maria Graça Valente Reis-----	A Favor -----
-----	Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção -----
-----	José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
-----	Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor -----
-----	Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção -----
-----	Eusébio Ramos Sousa Campos -----	A Favor -----
-----	Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
-----	António Almeida Coelho -----	A Favor -----
-----	Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
-----	Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
-----	Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor -----
-----	Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor -----
-----	José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor -----
-----	Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
-----	Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- António Correia Pardal Bispo ----- A Favor -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Meãs do Campo – Delegação de Competências.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:- -----

----- Votação: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor -----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno ----- Abstenção -----

----- Carlos Lucas Correia ----- A Favor -----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- Abstenção -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- Abstenção -----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- Abstenção -----

----- Tânia Sofia Jesus Monteiro ----- A Favor -----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro ----- Abstenção -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- Abstenção -----

----- Olga Susana Miranda da Silva ----- A Favor -----

----- Susana Paula Malva Branco ----- Abstenção -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor -----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro ----- Abstenção -----

----- Carolina Ferreira Alves ----- Abstenção -----

----- Maria Graça Valente Reis ----- A Favor -----

----- Francisco Faria de Paiva Batista ----- Abstenção -----

----- José de Oliveira de Sousa ----- Abstenção -----

----- Joaquim António Graça Rainho ----- A Favor -----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- Abstenção -----

----- Eusébio Ramos Sousa Campos ----- A Favor -----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor -----

----- António Almeida Coelho ----- A Favor -----

----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo -----	A Favor -----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno -----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Pereira – Delegação de Competências.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:- -----

----- Votação: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	Abstenção -----
----- Carlos Lucas Correia -----	A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	Abstenção -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	Abstenção -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção -----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro -----	A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro -----	Abstenção -----
----- Telma Margarida Neves Simões -----	A Favor -----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco -----	Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	Abstenção -----
----- Carolina Ferreira Alves -----	Abstenção -----
----- Maria Graça Valente Reis -----	A Favor -----
----- Francisco Faria de Paiva Batista -----	Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa -----	Abstenção -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- António Almeida Coelho -----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo -----	A Favor -----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno -----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Santo Varão – Delegação de Competências.**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:- -----

----- Votação: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	Abstenção -----
----- Carlos Lucas Correia -----	A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	Abstenção -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	Abstenção -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção -----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro -----	A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro -----	Abstenção -----
----- Telma Margarida Neves Simões -----	A Favor -----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco -----	Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção -----
----- Carolina Ferreira Alves-----	Abstenção -----
----- Maria Graça Valente Reis-----	A Favor -----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- António Almeida Coelho -----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor -----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

**Ponto 12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Seixo de Gatões – Delegação de Competências.**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:- -----

----- Votação: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção -----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção -----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor -----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção -----
----- Carolina Ferreira Alves-----	Abstenção -----
----- Maria Graça Valente Reis-----	A Favor -----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- António Almeida Coelho -----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor -----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Tentúgal – Delegação de Competências.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:- -----

----- Votação: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção -----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção -----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção -----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor -----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção -----
----- Carolina Ferreira Alves-----	Abstenção -----
----- Maria Graça Valente Reis-----	A Favor -----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- António Almeida Coelho -----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor -----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor -----
----- Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca – Delegação de Competências.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

indica:-	-----
----- Votação:	-----
----- Fernando Jorge dos Ramos	----- A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno	----- Abstenção -----
----- Carlos Lucas Correia	----- A Favor -----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	----- Abstenção -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	----- A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge	----- Abstenção -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites	----- Abstenção -----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro	----- A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro	----- Abstenção -----
----- Telma Margarida Neves Simões	----- A Favor -----
----- Adelaide Maria Simões Medina	----- Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva	----- A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco	----- Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto	----- A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro	----- Abstenção -----
----- Carolina Ferreira Alves	----- Abstenção -----
----- Maria Graça Valente Reis	----- A Favor -----
----- Francisco Faria de Paiva Batista	----- Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa	----- Abstenção -----
----- Joaquim António Graça Rainho	----- A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro	----- Abstenção -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro	----- A Favor -----
----- António Almeida Coelho	----- A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho	----- A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama	----- A Favor -----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo	----- A Favor -----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa	----- A Favor -----
----- José Manuel Marques Madaleno	----- A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão	----- A Favor -----
----- Elisa Maria de Sá Pinto	----- A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo	----- A Favor -----



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões – Delegação de Competências.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:- -----

----- Votação: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor -----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno ----- Abstenção -----

----- Carlos Lucas Correia ----- A Favor -----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- Abstenção -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- Abstenção -----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- Abstenção -----

----- Tânia Sofia Jesus Monteiro ----- A Favor -----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro ----- Abstenção -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- Abstenção -----

----- Olga Susana Miranda da Silva ----- A Favor -----

----- Susana Paula Malva Branco ----- Abstenção -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor -----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro ----- Abstenção -----

----- Carolina Ferreira Alves ----- Abstenção -----

----- Maria Graça Valente Reis ----- A Favor -----

----- Francisco Faria de Paiva Batista ----- Abstenção -----

----- José de Oliveira de Sousa ----- Abstenção -----

----- Joaquim António Graça Rainho ----- A Favor -----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- Abstenção -----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor -----

----- António Almeida Coelho ----- A Favor -----

----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor -----

----- Paulo Jorge Pinto Rama ----- A Favor -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo----- A Favor -----  
 ----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa ----- A Favor -----  
 ----- José Manuel Marques Madaleno----- A Favor -----  
 ----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor -----  
 ----- Elisa Maria de Sá Pinto ----- A Favor -----  
 ----- António Correia Pardal Bispo ----- A Favor -----  
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

### ----- Ponto 16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de Isenção / Redução / Devolução de Taxas Urbanísticas – I.T. Comércio Internacional. -----

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “É só para informar que eu irei ausentar-me durante a discussão e votação deste ponto, por mero conflito de interesses.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Agradeço, Senhor Deputado esqueci-me, devia ter, enfim, mas o Senhor, e muito bem, usa os seus direitos. Portanto, esta questão e, naturalmente ficará em ata como é da praxe. Desculpe. Eu peço desculpa ao Senhor Deputado Ricardo Brites.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Com a permissão do Senhor Presidente da Assembleia, eu sou um crente e às vezes Deus protege quem está do lado da verdade. Deve passar ali pela ciclovia. Caiu mais um choupo, felizmente não caiu em cima de ninguém e portanto estávamos nesta discussão e caiu o choupo, vá lá fotografar Senhor Deputado Oliveira e Sousa. -----

----- Há momentos de humor também importantes e salutares, Senhor Presidente da Assembleia.” -----

----- Relativamente a este ponto, Senhor Presidente da Assembleia, é muito simples, vou ser muito sucinto. Em respeito pelo princípio de igualdade de tratamento de todos os munícipes. No passado nós isentámos em 50%, ou fizemos uma proposta de isenção de 50% das taxas urbanísticas do empreendimento comercial e industrial que reputávamos de interesse para o Concelho. Esta entidade veio pedir, também, ao abrigo da mesma filosofia, isenção/devolução de taxas e, portanto, nós respeitámos o princípio de igualdade e propomos e, fica à consideração dos Senhores Deputados a mesma proposta com os mesmos fundamentos e como eu disse, por respeito deste princípio da igualdade de tratamento de todos os munícipes do Concelho de Montemor-o-Velho.” -----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ouvi com toda a atenção o Senhor Presidente da Câmara sempre em cima dos acontecimentos, ainda bem que não estava na ciclovia, senão tínhamos um gravíssimo problema. Enfim, graças a Deus. -----

----- Quanto a este ponto, eu tenho que me referir a ele porque, como Vossas Exas. sabem, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra tem-se esforçado e, tem lutado dentro de quem tem o poder, para facilitar a vida aos empreendedores para criar emprego neste Concelho. Esta

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

Autarquia tem sido e tem pautado o seu comportamento por burocracias, atrás de burocracias desnecessárias e aquelas que são necessárias não as simplificou. Eu sei do que estou a falar Senhor Presidente. Apesar de ultimamente, nestes dois meses anteriores, termos integrado aqui o simplex para o cidadão, continua a ter para a sobrevivência deste Município taxas altíssimas que desmoralizam e não incentivam qualquer empreendedor. Quanto a este ponto, tão só, cabe-me referir que estes 50% e, pela expressão do Senhor Presidente da Câmara até parece que é uma esmola. A quantia não é significativa. Significativo foi, e eu até nem sei a quem pertence o Alcáçova, como não sou dançarino, nem bebedor, só bebo água, às vezes. É, efetivamente o centro, onde a juventude deste concelho pode ter alguma qualidade para se divertir e, chama pessoas de outros concelhos para consumir, criando mais impostos para esta Autarquia. Mas por outro lado, temos também entre nós, um hotel. Penso eu que não temos mais nenhum hotel no Concelho, ou então, na sede do Concelho. Essas mesmas empresas têm necessariamente de pagar altíssimas taxas. Seja a propriedade de quem seja. Eu acho que, o Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente esta Autarquia, na sua pessoa, devia incentivar esses mesmos empreendedores e inclusivamente, antes mesmo de ser solicitada a dispensa de taxas, era facilitar-lhe a vida e isentá-los das mesmas. Para que criasse no nosso Concelho, mais investidores para que esta juventude que nós temos, não parta e vá viver para outros Concelhos. Porque se V.ª Exa., que trabalhou aqui na sede do Concelho, que está aqui na Câmara a fazer o seu trabalho cívico, se reparar às seis da tarde em Montemor-o-Velho não existe ninguém, nem uma pessoa. A sede de Concelho está deserta, por isso há que chamar as pessoas para este Concelho. Chamá-las e isentá-las e motivá-las para investirem. Se é só esta parte, não é significativo. O Movimento Independente de Cidadania congratula-se por esta dispensa do pagamento de 50%. E se esta mesma entidade, que tem outros estabelecimentos lhe requerer, faça o mesmo, Senhor Presidente. Não está a fazer nenhum favor, está efetivamente a cumprir um desígnio, que é chamar empreendedores com coragem para investir nesta sede de Concelho envelhecida, que realmente mais parece um cemitério. Muito obrigado.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, isto já não é uma questão nova, já houve outras situações de outros requerentes que fizeram este requerimento dirigido ao Executivo e efetivamente teremos que falar aqui de duas ou três questões que nos parecem importantes. Estivemos a analisar em profundidade aqui o documento e na verdade a redução da taxa que atribuem ao requerente é de 50% e mais uma vez o que o nosso Regulamento Municipal prevê é a isenção.-----

----- Ora, uma isenção, não é uma redução. E portanto, se formos ler a lei, o nosso Regulamento Municipal, no Artigo nº 61.º, nº2, realmente refere que *“serão ainda isentos as entidades ou indivíduos em caso excecionais, devidamente justificados comprovados pela Câmara Municipal, da globalidade dos*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

*valores das taxas quando esteja em causa situações de calamidade pública, investimentos com manifesto valor económico ou social do Município e ainda no caso de indivíduos de pública e manifesta carência económica".* -----

----- Portanto, isto é o que o nosso Regulamento Municipal diz. Na verdade o parecer jurídico, no passado ano, em relação a esta matéria, vinha justificado de outra forma, mas agora vem justificado com o Artigo 16.º da Lei das Finanças Locais que realmente dá esta competência à Assembleia Municipal para fazer aqui, para se votar esta questão. -----

----- Agora, a nossa questão é a de sempre. Porque não se começa do início? Porque é que não se altera, de uma vez por todas, o Regulamento Municipal? Para que preveja a redução ou a isenção, não é? Depois avaliando casuisticamente o que é que pode acontecer e o que é que é benéfico para o Município e para o requerente. -----

----- Agora, o que eu continuo sem perceber é porque é que esta questão continua a aparecer e o resultado é sempre igual. -----

----- Esta bancada, por via dessa questão, é evidente que o nosso voto tem de ser contra, precisamente porque já na Sessão Ordinária de setembro 2014, também tomamos esta postura em relação ao Hotel Requintes e Virtudes e aqui também não nos parece que podemos votar de outra forma, senão o voto contra e de uma vez por todas o Município que tenha a coragem de alterar este Regulamento. Porque estamos a votar uma coisa contra o Regulamento Municipal. As pessoas que, de uma vez por todas, entendam que as coisas são assim. Ou então expliquem porque é que não alteram. Das duas, uma. -----

----- Andarmos aqui a cair neste sistema e um parecer diz uma coisa, um ano, outro ano vem justificado de outra forma. Quer dizer, entendam-se, não é? É para isso que existem os técnicos, é para isso que estão nesta Câmara e é para isso que também nós, enquanto Deputados de Assembleia Municipal, precisamos de ser esclarecidos destas matérias. E votar em conformidade, portanto o nosso voto, mais uma vez, será contra. -----

----- Votaríamos a favor, sim, caso a isenção fosse na totalidade, como é evidente. Conforme o Regulamento diz." -----

----- Pediu a palavra o membro Carolina Aires (CDU) que disse: "Acho que ficou claro o benefício para Montemor que esta empresa aporta. Em termos de criação de trabalho como de oferta. Por isso, e tendo em conta a nossa postura anterior relativa a estes assuntos, não temos nada a opor." -----

----- O PMAM deu a palavra à Deputada Albertina Jorge que disse: "Também, relativamente a este ponto, tal como fizemos anteriormente, nós iremos votar favoravelmente. -----

----- Como disse a minha antecessora, acho que está explicada e bem explicada efetivamente, a criação e manutenção de diversos postos de trabalho e se o requerimento até diz que é o principal destino de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

convívio, eu por aquilo que oiço e lido diariamente com jovens, não sei se será o principal, se nesta altura será quase o único. -----

----- De qualquer das maneiras, é efetivamente um ponto importante, um centro importante e um local muito importante nesta altura para os jovens, e não digo só do Município, porque já atrai jovens de outros concelhos e eu também tenho uma filha jovem que frequenta este espaço. Nomeadamente, para tomar café em alturas de exames, para desanuviar. Encontra-se com vários jovens, e, é uma mais-valia em todos os aspetos para o Concelho. -----

----- Só poderíamos votar favoravelmente a proposta efetuada.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que me pediu, eu apenas, relativamente à questão da alteração do Regulamento, enfim é uma questão que o Executivo Municipal pode ou não atender, apenas para recordar o que disse, dessa Assembleia que recordou, aqui, em 2014. Lembra-se que na altura, eu próprio fiz essa interpretação do Regulamento Municipal e questionei, enfim, não vou dizer quem porque senão tenho de lhe pagar, um colega meu da Faculdade de Direito, que disse aqui e que ele me tranquilizou quanto à questão da aprovação da questão legal. -- -----

----- Porquê? Porque fez aquele princípio, que é um princípio de Direito, os senhores saberão melhor que eu, que é, quem pode o todo, pode a parte. Foi assim que ele me explicou e por isso na altura, eu disse à Assembleia, porque já na altura tive essa discussão. E portanto que fique claro que de facto à Assembleia não está a tomar nenhuma deliberação que possa ser posta em causa do ponto de vista legal. A acreditar, enfim, em quem eu consultei, e que tenho boa opinião sobre ele. -----

----- De qualquer maneira, era só essa a questão que eu queria deixar clara. Podia algum membro pensar que iríamos tomar uma decisão contra a Lei. Não! -----

----- Este princípio foi-me explicado, acho que toda a gente o entende, mas portanto, Senhor Presidente da Câmara, dou-lhe a palavra para alguma questão adicional.”-----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Senhor Presidente da Assembleia, é só para dar um esclarecimento à Senhora deputada Maria João Sobreiro. -----

----- Foi contactada uma empresa especializada para alterar este Regulamento, em concreto, e está em curso, penso que o trabalho está concluído, e também está em curso a fundamentação económica das taxas, porque, lamento dizer-vos que, nós, só vos podemos propor as taxas aqui com uma fundamentação económica e, portanto, as taxas que virão aqui a ser aprovadas serão aquelas que resultarem do estudo económico da fundamentação que tem de ser obrigatório e legalmente feita.-----

----- Esse processo está em curso, como estão em curso, e já agora também por mera informação a todos os deputados, um conjunto muito alargado de regulamentos, os Senhores Vereadores sabem.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

Estamos a fazer um esforço ciclópico nos Serviços, para fazer a alteração do Regulamento, adequação, aquilo que nos criticam de que as coisas estão muito caducas e desusadas. -----

----- É evidente que era um trabalho que devia ter sido feito no passado, não foi. Está a ser feito agora todo em conjunto. E esse trabalho está a ser feito. Este é também um deles. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Votação: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor -----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno ----- Contra -----

----- Carlos Lucas Correia ----- A Favor -----

----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- Contra -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- Contra -----

----- Tânia Sofia Jesus Monteiro ----- A Favor -----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro ----- Contra -----

----- Telma Margarida Neves Simões ----- A Favor -----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- Contra -----

----- Olga Susana Miranda da Silva ----- A Favor -----

----- Susana Paula Malva Branco ----- Contra -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor -----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro ----- Contra -----

----- Carolina Ferreira Alves ----- A Favor -----

----- Maria Graça Valente Reis ----- A Favor -----

----- Francisco Faria de Paiva Batista ----- Contra -----

----- José de Oliveira de Sousa ----- A Favor -----

----- Joaquim António Graça Rainho ----- A Favor -----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- Contra -----

----- Eusébio Ramos Sousa Campos ----- A Favor -----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor -----

----- António Almeida Coelho ----- A Favor -----

----- Paulo Jorge Pinto Rama ----- A Favor -----

----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo ----- A Favor -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa ----- A Favor-----

----- José Manuel Marques Madaleno----- A Favor-----

----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor-----

----- Elisa Maria de Sá Pinto ----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

**----- Ponto 17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Proposta para Aquisição de Serviços por Ajuste Direto de “Manutenção e desenvolvimento da Atividade do Gabinete de Auditoria, bem como outras afins ou funcionalmente ligadas”.-----**

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Mantêm-se os pressupostos da contratação inicial. Este Executivo, e eu em particular, e é uma questão muito pessoal, independentemente de algumas críticas políticas que foram feitas completamente infundadas e injustificadas, mantenho interesse em ser assistido por um auditor externo, isento que tem feito um trabalho notável do ponto de vista da isenção, da discipulação com que é feito o trabalho junto dos trabalhadores, auditando procedimentos. -----

----- Não temos tido nenhuma queixa por parte das chefias ou dos trabalhadores no sentido de que foram ostracizados, ou foram molestados. E, portanto essa função de auditoria dos procedimentos tem sido notavelmente bem feita. -----

----- Para além desta auditoria se pagar quase a ela própria. Pelo facto de termos poupado aquilo que pagávamos ao auditor externo que fazia aqueles maravilhosos relatórios do saneamento financeiro e que custavam aquilo que custavam, e portanto só por aí está quase que justificada esta auditoria. Que é uma auditoria presente e que está cá dentro da Câmara a fazer imensos processos de trabalho.-----

----- Também no âmbito e no esforço que queremos e que estamos a fazer na adequação dos Regulamentos, o auditor externo também tem tido um papel importante. Porque, podemos hoje assinar muito melhor os procedimentos e aquilo que consta dos Regulamentos com base no contributo que ele tem dado e esse trabalho também, aqui, considerado.-----

----- Também quero dar nota de que há uma redução, porque eu próprio entendi que a maior parte do esforço inicial e a grande parte do trabalho que era necessário na primeira fase, hoje já não é com tanta acuidade e portanto há que adequar também a respetiva avença ao trabalho em concreto.-----

----- Pediu a palavra a o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Nós naturalmente iremos manter o mesmo sentido de voto das anteriores, que também vieram a esta Assembleia, das outras propostas exatamente iguais.-----

----- Continuamos sem compreender porque, de facto, existe uma empresa de auditoria prevista por Lei que acompanha o Município e, portanto, continuamos sem perceber a necessidade deste

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

acompanhamento de que agora o Senhor Presidente falou. -----

----- Depois de votar, gostaria de ler a declaração de voto. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Com o devido respeito Senhor Presidente, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra vem lembrar o que disse no requerimento aqui apresentado a 27/12/2013. Repudiámos o Procedimento Concursal realizado e repudiámo-lo com base na Lei de tal entidade. Evocámos na altura a violação das normas legais com tal contratação e que o recurso ao ajuste direto por parte do Município devia ser rejeitado, pois não passava de um mero expediente para contornar as regras da Contratação Pública e que se deveria contratar um auditor interno por Concurso Público com vantagem de poupar nos custos atendendo às regras da livre concorrência. -----

----- Relembrar ainda, que tal entidade não tinha qualquer currículo e o que apresentou era tão só demonstrativo da sua falta de competência para o exercício de tal cargo. -----

----- Entendemos que o único conhecimento que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara possa ter, como dissemos naquela altura, quanto à qualidade do referido auditor foi apenas o facto de ser um dos seus apoiantes de longa data e, o seu mandatário financeiro. Por isso votámos contra a sua nomeação na altura.- -----

----- Por outro lado, relembramos, também, o que se passou com a DGAL, aquando da aprovação da taxa de IMI, que induziu em erro a votação dos membros desta Assembleia, para não dizer outras situações. -----

----- Senhor Presidente, continuar no erro é burrice, mas insistir nele é casmurrice. Perante as situações que se passaram no passado recente, justifica-se a sua nomeação, Senhor Presidente? -----

----- Outra posição não podíamos ter, em 2016, senão votar contra esta nomeação.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Só para dizer que ao contrário dos dois interlocutores que me antecederam, se calhar também já fiz várias intervenções neste sentido, até à maneira como nos é exposta toda a parte financeira, quer nos orçamentos, quer na informação escrita, quer em tudo o que diga respeito à parte de auditoria financeira, já está mais que justificada a importância e a necessidade desta contratação. É uma mais-valia para a Câmara, para os serviços financeiros. Estou convencida que em muito contribuiu para, inclusive os elogios, contra tudo e contra todos, que a Câmara tem recebido pelo bom Exercício Financeiro que tem feito. E agradecia que, não fiz nenhum aparte a nenhum interlocutor antecessor em nenhum momento desta Assembleia concordasse ou não com eles. Podem ou não concordar comigo como eu não concordei anteriormente. Temos opiniões diferentes, ainda bem, mas não é só aqui é em tudo. Mas a verdade é que ainda na última Assembleia que nós tivemos aqui, apesar da posição que tivemos e apesar de no meio daquele parecer, o Executivo, quer se queira, quer não,



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

tinha um elogio à sua Execução Financeira. E em grande parte, eu não duvido que essa boa Execução Financeira e que o bom Exercício Financeiro que a Câmara tem vindo a fazer também se deva em muito ao auditor que agora se pretende ver contratado novamente com a avença. -----

----- Portanto nós só poderemos votar favoravelmente este ponto.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Votação: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Contra -----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Contra-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Contra -----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Contra -----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Contra -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Contra -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Contra -----
----- Carolina Ferreira Alves-----	Contra -----
----- Maria Graça Valente Reis-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Contra -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Contra -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Contra -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho -----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa ----- A Favor-----

----- José Manuel Marques Madaleno----- A Favor-----

----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor-----

----- Elisa Maria de Sá Pinto ----- A Favor-----

----- **Declaração de Voto da Coligação Mais por Montemor:** -----

----- *“A bancada da Coligação votou contra pelos seguintes motivos:* -----

----- *Primeiro: Não percebemos até à data a necessidade do Executivo continuar a manter esta avença para aferir auditoria, para acompanhar o dinheiro que gasta, uma vez que dizem que não tem.* -----

----- *Segundo: Esta avença, agora mais barata, ainda não provou nada, exceto a qualidade do trabalho que se apresenta.* -----

----- *Terceiro: Para a Autarquia pagar este serviço terá de poupar nos apoios às Associações e às Juntas de Freguesia. Não saberá, o Senhor Presidente, a dificuldade que têm os dirigentes associativos e os nossos Presidentes de Junta para manter as suas instituições a funcionar dando a melhor resposta possível. Com este dinheiro faria muito pelas Associações, pelas Juntas ou por outro investimento que vai deixar de fazer no Concelho, pois poder-lhe-á faltar as receitas disponíveis.* -----

----- *São, efetivamente, soluções nas quais não nos revemos e, por isso, votamos contra.”* -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1ª Revisão Orçamental – 2016.**-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Com a devida autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, peço para intervir neste ponto o Chefe de Divisão, Dr. Miguel Felgueiras. E antes dele intervir quero dizer que esta é uma proposta de revisão orçamental. -----

----- Hoje mesmo, foi apresentado todo um conjunto de projetos com possibilidade de financiamento e portanto, irei dar indicações ao Senhor Chefe de Divisão para preparar uma nova revisão orçamental porque hoje há factos novos que obrigam este Município a ter cabimento orçamental para algumas verbas em concreto que deverão suportar projetos financiados. E portanto, gostaria que explicasse esta, mas fica já a informação que, hoje, se gerou a necessidade de segunda. -----

----- O PMAM deu a palavra ao Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Miguel Felgueiras que disse: “Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados Municipais, esta revisão orçamental, como podem constatar do mapa modificações ao PPI, trata-se da inclusão de um projeto, chamado Obras de Adaptação/ Remodelação em Arazedo, no valor de 1.000€, ou seja é necessário fazer uma pequena reparação na Escola e esta não constava do PPI que foi aprovado, como manda a Lei, nesta matéria e é necessário uma revisão orçamental para inscrever uma obra. Por outro lado, foi também necessário inscrever nas Grandes Opções do Plano, as rubricas relativas ao

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

Campeonato Mundial de Lutas Medievais. Este evento não constava, também, nas atividades relevantes do orçamento que foi aprovado pela Assembleia Municipal. Nesta revisão não há um aumento de despesa, ou seja, a revisão trata-se só de tirar de um lado e pôr no outro. Porquê uma revisão? Como eu disse, foi preciso inscrever projetos novos, que não constavam do orçamento que foi aprovado pela Assembleia Municipal. -----

----- Também devo informar, neste caso, como também receberam a documentação, ao abrigo do Contrato PAEL, todas as revisões orçamentais, não alterações orçamentais, apenas as revisões orçamentais, têm que ser remetidas à DGAL para darem o seu parecer. O Parecer não fala em aprovar, ou não aprovar, fala só em pedir um parecer, chamam-lhe até apreciação técnica. Como podem ver, o documento da DGAL é extenso, mas basicamente o seu parecer final diz o seguinte e parece-me que é o importante: *“Sabendo que a reunião da Assembleia Municipal está marcada para o dia 26 de fevereiro, se, por constrangimentos práticos de marcação da reunião de Câmara e da Assembleia, não for de todo possível ao Município adequar a proposta de revisão”,* que foi o que aconteceu, *“deverá, caso a presente proposta de revisão seja aprovada, logo a seguir, adequar o orçamento via alteração orçamental”*. O que eles dizem, é que a revisão pode ser aprovada, tendo nós que depois, por via da alteração orçamental, que é competência delegada no Senhor Presidente da Câmara, e efetuar a respetiva correção que é aqui falada, em termos da classificação económica dos Passivos Financeiros. -----

----- Estou aberto a qualquer pedido de esclarecimento”. -----

----- Pediu a palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) que disse: “No seguimento dos esclarecimentos do Senhor Chefe de Divisão, e vindo também na sequência do ponto anterior, deixa-me algumas dúvidas acerca do trabalho tão frisado pelo Município. Aquilo que me dá a entender pelo Relatório da DGAL é que as rubricas não estão a ser seguidas e cumprido o POCAL à risca. Realmente é esta a minha pergunta, se temos técnicos e estamos a pagar a mais técnicos e as coisas não estão corretas, há aqui alguma coisa que me parece estar um pouco incorreta.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “O que me leva a intervir neste caso não são tanto as questões técnicas, mas sim mais as questões políticas. Eu ainda estou um bocado baralhado com toda a informação que nos chegou. Há documentos que falam em revisão e a DGAL, fala sempre em revisão, mas vejo também anexos que falam em alterações, em montantes alterados e com desvios de cerca de 21.000.000€. Eu não sei o que é que estamos a rever, se estamos a rever o orçamento que aprovamos aqui em dezembro, se estamos a alterar o orçamento de dezembro. -----

----- Embora em termos técnicos e legais isso possa ser possível, o Senhor Presidente que tanto fala em transparência, em informação aos membros desta Assembleia, tem estado a preparar alterações ao orçamento que não partilhou, que não informou e que me parecem ser de importância significativa. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

----- Um orçamento que aprovamos aqui, que esta Assembleia aprovou em dezembro, está neste momento alterado nos montantes e na distribuição dos valores, pelas diferentes rubricas. Por isso, achamos um bocadinho estranho que, de facto, não se perceba aquilo que se pretende. Até porque a própria DGAL, na informação que manda, parte do princípio que essa informação foi transmitida e tratada nos órgãos competentes, quer no Executivo Municipal, quer na própria Assembleia. Mais uma vez o relatório, também, apresenta aqui algumas falhas que consideramos importantes na proposta e na apresentação que foi feita da alteração do Executivo, mas, a DGAL fala sempre em revisão, por isso, neste momento, nós não sabemos o que é que estamos a votar. Ou seja, a revisão que está a ser feita é a revisão ao orçamento de dezembro ou à revisão já das alterações com competência do Senhor Presidente da Câmara?” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “De acordo com a documentação que foi distribuída e também com a informação que o Senhor Chefe de Divisão deu, eu não tenho dúvidas em aprovar este ponto. Contingências do PAEL, contingências da situação económica em que a Câmara se vê envolvida nesta altura. É a primeira revisão, já tivemos a informação que não será a última e acredito que não seja só a segunda ou terceira porque, ainda bem que ao mesmo tempo, há projetos, que há iniciativas e que obras tão importantes, independentemente do seu valor, mas são sempre importantes numa Escola EB 2,3, há um Campeonato Mundial de Lutas Medievais, que acho que dá um prestígio ao nosso Concelho, têm que ser incluídas e fazem com que haja a revisão orçamental. É isso o que, efetivamente me importa, é isso que me foi pedido para eu votar e exatamente por causa disso eu não tenho dúvidas em votar favoravelmente e dizer que estarei disposta a votar favoravelmente todas as que forem necessárias desde que seja efetivamente para bem do Município e dos seus munícipes e deem prestígio, como é o caso, e melhorias ao Concelho de Montemor-o-Velho.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Ouvimos as explicações, de facto, logo na primeira página a própria DGAL sugere que depois se reformule a proposta de revisão em conformidade, tal qual como leu, a nós, tirando a questão que a deputada Adelaide Medina referiu, preocupam-nos aqui algumas situações, por exemplo na página 3, uma receita ainda incerta, depois na terceira linha logo substancialmente e seria insuficiente para cobrir o serviço da dívida. No final da página 3, uma incorreta classificação da receita, depois na página 4, esta receita surge incorretamente classificada e depois, finalmente, a bold estas questões, onde recomendam e dizem mesmo “...a prudência recomenda que a execução das dotações da despesa revistas em alta na proposta da revisão ao Orçamento do Município para 2016, comparativamente aos pressupostos avançados no PAF esteja dependente do desempenho e efetiva arrecadação da receita e da verificação da redução prevista noutras despesas” e depois por aí fora até terminar essa parte em bold. Eu muito sinceramente, penso que haverá uma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

explicação para estas questões. -----

----- Este documento da DGAL, preocupa-nos, penso que irão ser devidamente esclarecidas estas questões. De qualquer das formas, queria dizer ao Senhor Presidente que o nosso sentido de voto, da nossa bancada, irá ser a continuidade da votação que fizemos anteriormente para o orçamento, e portanto, iremos votar contra e depois farei também a Declaração de Voto, Senhor Presidente.-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Não haja dúvidas o que está aqui explanado é tão só que o Município não tem autonomia financeira. Tão líquido como isso. E tudo o que depois da aprovação do orçamento surgir, até da simples Festa Medieval, temos de pedir autorização quer à Assembleia Municipal, quer submetê-lo à DGAL. -----

----- Tanta coisa para quê? -----

----- Nós estamos falidos! Isto é a verdade! Vem aqui se vai votar, ou não se vai votar, para quê? Isso é só treta! Agora uma coisa é certa, se estamos falidos, estamos na mão do credor. Quem manda nas finanças desta Autarquia é o credor. E o credor diz: aprovem lá o orçamentozinho, não gastem mais do que aquilo que recebem e se, eventualmente, estou a explicar a todos para perceberem, não estou de forma jocosa a falar, e vejam lá se houver alguma despesa extra têm que a submeter ao vosso órgão deliberativo e depois disso vir aqui a nós para ver se concordamos ou não. Tão simples como isso. -----

----- Exmos. colegas, a verdade é que devemos estar consentâneos com a verdade que é esta, nua e crua. Estamos falidos! Portanto temos que encontrar o bom senso perante as situações que são realmente reais, que não beneficiam ninguém, nem me dão orgulho a mim que estejamos falidos, antes pelo contrário, gostaria que estívéssemos bem, mas o Movimento Independente Cidadania como está aqui para falar verdade e, com verdade eu tenho que votar a favor porque isto é do mais ínfimo espécime que possamos pedir aqui, porque de outra maneira o Senhor Presidente da Câmara não estava com isto, se eu estivesse no lugar dele, não estava com isto. Mas infelizmente tem de estar, cumprir as regras, porque estamos na mão do credor. Isso é tão simples. -----

----- O Movimento Independente de Cidadania, vota a favor, Senhor Presidente.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O Senhor deputado Ricardo Brites pediu a palavra mas eu permitia-me, antes de lhe voltar a dar a palavra, porque pediu um esclarecimento, digamos assim, de alguma forma, se era alteração, se era revisão, e portanto, naturalmente, não iria passar de imediato à votação. Do que se trata, isso ficou claro, aliás a questão de alguma forma foi reproduzida com alguma sensatez e pragmatismo pelo Senhor deputado Oliveira e Sousa, mas o que se trata é de uma revisão. Aliás a competência da Assembleia é nas revisões orçamentais, portanto nas alterações e verificações é uma competência do Executivo que nos informa e que informa através das atas que estão publicadas, que todos os líderes recebem, mas estão publicadas no Portal da Câmara. Portanto, essas questões não são da

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

competência da Assembleia. Da competência da Assembleia são as revisões. -----

----- Trata-se isto de uma revisão, as obras não estavam cá como, com o pragmatismo que não podia ser mais tirando outras questões que podíamos discutir com o Deputado Oliveira e Sousa diz, tem aqui estas duas despesas, vocês autorizam que o Presidente as introduza no orçamento, ou não? Sim ou não? Depois, evidentemente, as contas e a questão geral já tem a ver com as regras da administração e as regras do POCAL. Portanto, julgo que este esclarecimento, do meu ponto de vista, pelo menos quando agendei o ponto há aí de facto algumas questões, mas as questões são assim: nós vamos votar e aprovar a primeira revisão ao orçamento. Porque as alterações, evidentemente, são sede noutra órgão. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara ou o Dr. Miguel Felgueiras querem acrescentar alguma coisa.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites que disse: “É só no seguimento do que eu estava a dizer anteriormente. Eu sei que são competências desta Assembleia aprovar ou não as revisões. A questão que aqui se coloca é que os documentos de suporte a este ponto já nada têm a ver com o orçamento que foi aqui aprovado em dezembro. -----

----- Eu não sei, nem nós sabemos, se estas alterações das quais a DGAL fala já estão vinculadas ou não. Já foram aprovadas pelo Senhor Presidente? Eu não sei! Ainda por cima, a Lei tem destas coisas, esta Assembleia tem que se pronunciar sobre a Revisão dos 11.000€ mas não tem que se pronunciar sobre a alteração de 21.000.000€ e era sobre isto que devíamos estar todos preocupados. -----

----- A Lei permite que o Senhor Presidente da Câmara faça uma alteração no orçamento no valor de 21.000.000€ para a qual esta Assembleia não é tida nem achada, mas depois é necessário que esta Assembleia se pronuncie pelo acréscimo de 11.000€ que aqui nada temos a opor porque são dois pontos os quais consideramos essenciais para o Concelho, não é essa a questão. A questão é o resto.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Miguel Felgueiras que disse: “Senhor Presidente com o devido respeito, não responderei a questões políticas nem a opiniões sobre o teor das Leis. São as que temos e, são as que temos de cumprir. Parece-me importante dizer o seguinte, trata-se, como disse o Senhor Presidente da Assembleia, da primeira revisão ao orçamento de 2016, é claro, ou seja, não estamos a falar de nenhuma revisão ou alteração orçamental do ano anterior. Tal não poderia ser. O Exercício Económico findou no dia 31 de dezembro de 2015. Primeiro ponto para esclarecer. Segundo ponto, relativamente às competências dos Órgãos Municipais para aprovação quer de alterações orçamentais quer da revisão, elas constam da Lei, relativamente às revisões orçamentais, é do conhecimento dos Senhores Deputados, são da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara e não podem ser alteradas, ou seja, é uma proposta de revisão que não pode ser alterada. Diz ainda a Lei que em caso de serem rejeitadas elas têm de estar devidamente fundamentadas, parece-me importante dizer isto porque é o que consta da Lei. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26*

----- Relativamente às alterações orçamentais é uma competência da Câmara Municipal, ou seja, é uma das competências que pode ser delegada no Presidente da Câmara, é a alínea d) do nº 1 do artigo 33.º, compete à Câmara Municipal executar as Opções do Plano e Orçamento, assim como aprovar as suas alterações. -----

----- No entanto o artigo 34.º fala da delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal. Portanto, esta alínea d) é delegável no Presidente da Câmara e também, para nos situarmos na Reunião Extraordinária de 23 de outubro de 2013, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, ou seja por todos os vereadores presentes, a delegação desta competência no Presidente da Câmara Municipal. É importante dizer isto porque quer dizer que sendo uma competência delegada no Presidente, este tem autonomia para fazer essas alterações orçamentais sem qualquer limite de valor. A Lei assim está, e realmente é estranho uma revisão de 1000€ ter de vir à Assembleia e uma alteração de 100.000.000€, para Câmaras Municipais grandes não ter de ir. Mas a Lei está assim feita, isto tem sido alvo de discussão e provavelmente terá que ser alterada. -----

----- Relativamente às competências, parece-me claro. Digo também em abono da verdade e da transparência, em defesa não do Senhor Presidente que sabe responder por si, da equipa que trata destes assuntos, a equipa que eu dirijo e, que tenho muito orgulho, todas as alterações orçamentais constam do site do Município, ou seja, nós temos sempre a preocupação quando há uma alteração orçamental, apesar da Lei não obrigar, por uma questão de transparência de a colocar no site municipal. Portanto, os Senhores Deputados podem sempre a qualquer momento consultar as alterações orçamentais que vão sendo efetuadas pelo Senhor Presidente da Câmara. E devo-vos dizer que serão muitas, tal como foram muitas no anterior Executivo, porque a Lei é um espartilho, ou seja, é impossível a Câmara ter um orçamento aprovado em dezembro e, durante o ano todo não lhe mexer. É impossível, isto não existe. Porque quando se faziam orçamentos empolados, orçamentos de quinze para trinta, as verbas davam para tudo. Agora é impossível, temos um orçamento de 15 milhões, têm que se fazer coisas todas as semanas, se calhar, tem que se fazer uma alteração porque o orçamento é esse. Só para esclarecer que não é uma prática deste Presidente de Câmara, é uma prática de todos os Presidentes de Câmara e da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- Relativamente às questões mais concretas que foram colocadas. Efetivamente, eu subscrevo. Este documento da DGAL é intragável, mas também era o outro, como se recordam do parecer às contas do Município e aos documentos previsionais, eles não têm uma linguagem clara. Mesmo para nós técnicos, depois de recebermos estas informações passamos a vida a ligar para lá. Quem faz isto é o nosso interlocutor, o Coordenador, Dr. Cristiano e não tem sido fácil, tem telefonado muitas vezes, até porque como perceberam, a única maneira de funcionar com a DGAL é, uma vez que tem de ter este parecer, nós

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

quando enviamos à Câmara, mandamos logo para a DGAL para se pronunciarem. Quando teoricamente devíamos esperar, mas não é possível. Eles demoraram 20 dias para responder a isto, como eles próprios afirmam aqui que não há problema porque se trata de uma troca de verbas. Imagine-se agora quando forem as candidaturas, ou seja, que vai haver um aumento de despesa e um aumento da receita, portanto não prevejo nada de bom. -----

----- Relativamente à interpelação da deputada Ana Cristina Jorge, queria dizer o seguinte, efetivamente consta aqui um valor negativo de 21 milhões, é o Reequilíbrio Financeiro. Como se recordarão no parecer que veio junto aos documentos previsionais, a DGAL alertou que era necessário depois fazer uma revisão orçamental para corrigir esses aspetos, no entanto como disse antes, temos estado sempre em permanente diálogo com a DGAL, porque não é possível ser de outra maneira, no dia 10 de dezembro, a mesma DGAL enviou um e-mail para a Câmara a dizer o seguinte: *“não é necessário efetuarem uma nova proposta do Orçamento para 2016, caso o visto do empréstimo não exista ainda em 2015 (que foi o que veio a acontecer) o que podem efetuar em 2016 é uma alteração orçamental”* quem disse isto? A DGAL. Ou seja, a DGAL deu-nos instruções e neste momento eu dei instruções à Contabilidade para fazer tudo o que a DGAL diz, apesar de não concordarmos. Fizemos uma alteração orçamental, precisamente para a questão do empréstimo. Ora, o que é que acontece neste parecer que vocês vêm? Eles misturam a revisão orçamental com as alterações. Mas Porquê? Porque quando nós enviámos a proposta de revisão, vieram-nos pedir e, é normal que assim seja porque têm um quadro que temos de preencher com o orçamento inicial e com as alterações orçamentais que nós fomos fazendo ao longo do ano. Ou seja, apesar de a DGAL não ter que se pronunciar sobre as alterações, é normal, estando a DGAL a acompanhar a Execução Financeira do Município, que queira ver o que é que nós fizemos em termos de alterações orçamentais. Portanto, todas as alterações orçamentais que foram feitas até agora ficaram sancionadas com esta revisão. Quando o que está em apreço é só a revisão. Mas como compreendem eles têm que analisar as alterações que foram feitas entretanto. Ou seja, aqui não há falhas nem há erros, o que nos vêm dizer é que a Classificação Orçamental não está correta. É isto que eles dizem. Eles dizem no ofício e no parecer, insistem sempre neste ponto, é a única falha que eles indicam, a Classificação Orçamental não está correta. Mas pasme-se, foi essa alteração orçamental em dezembro que nos disseram para fazer. Não sei se me fiz perceber. Fizemos o que eles nos mandaram e eles agora estão a dizer que é um erro que deve ser outra Classificação e que pode ser alterada via alteração orçamental, coisa que não concordo. Esta alteração devia ser uma revisão ao que eles dizem aqui, mas eles dizem, está aqui escrito: *“Se não for possível ao Município caso a presente proposta venha a ser aprovada, logo de seguida, adequar ao Orçamento, via alteração orçamental”*, isto não faz sentido nenhum para mim, tenho muitos anos disto, e não faz sentido nenhum. É para vocês verem no que a DGAL está transformada neste momento. Ou seja,



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

não quero subscrever as palavras do Deputado Oliveira e Sousa, até porque foi uma intervenção política, mas é isto, nós não podemos fazer nada. -----

----- Penso que terei dado as explicações todas. O que me preocupa neste momento, independentemente desta revisão, que direi que não é importante devido ao montante do valor, apesar de ter aqui uma obra e um evento que é importante, é a revisão orçamental, ou mais revisões que venham a ter que ser feitas por via das candidaturas, ou seja, isto não augura nada de bom. O que é que a DGAL vai fazer quando nós enviarmos a alteração orçamental? Pode ser preciso para as candidaturas, nem todas as Câmaras fazem. Eles vão pegar outra vez em todas as alterações orçamentais que fizemos. Nomeadamente, esta que eu terei que fazer caso a revisão seja aqui aprovada. E não me surpreende nada que mais à frente venham dizer que a gente fez isto errado. Porque isto depende da pessoa que analisa. Eles têm quatro ou cinco pessoas a tratar destes assuntos. Portanto eu não posso ser mais claro. O que posso dizer enquanto Chefe de Divisão é que os Senhores Deputados não têm que ter qualquer problema em aprovar esta revisão, que do ponto de vista legal é intocável, até porque tem o sancionamento da DGAL. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Votação: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Contra-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	Abstenção-----
----- Tânia Sofia Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Contra -----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Contra -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Contra -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Contra -----
----- Carolina Ferreira Alves-----	Abstenção-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26

----- Maria Graça Valente Reis-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Contra -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho -----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa -----	A Favor-----
----- José Manuel Marques Madaleno-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor-----
----- Elisa Maria de Sá Pinto -----	A Favor-----

----- **Declaração de Voto da Coligação Mais por Montemor:** -----

----- *“A bancada da Coligação votou contra pela seguinte razão:* -----

----- *Mantemos o mesmo sentido de voto que tivemos no Orçamento para 2016, pois não podemos concordar com o mesmo e assim manteremos de facto esta mesma linha na sua Revisão. “*-----

----- **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013.** -----

----- Verificou-se a existência de público, sem qualquer pedido de intervenção.-----

----- O PMAM solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de terminar a Assembleia, julgo que provavelmente a Senhora D. Emília Baptista Pimentel Rosa, que hoje substitui o Presidente da Junta João Girão, tem um convite para fazer, pelo menos o Senhor Presidente da Junta, João Girão, acabou de me enviar um SMS, para que não me esquecesse, que informe que amanhã há uma iniciativa de Gastronomia em Santo Varão e que gostaria de convidar todos os Membros da Assembleia Municipal para o evento. O convite fica feito em nome dele. -----

----- Antes de terminar, apenas e só, não tem nada a ver com ironia, tem a ver com aprender com os erros, para vos contar uma pequena história que acho deliciosa acerca das cheias do Baixo Mondego e da Obra de Fomento Agrícola do Baixo Mondego, que, como sabem, começou por se chamar assim. -----

----- Esta obra tem barbas, o projeto tem 40 anos. Quem a pôs no terreno foi um governante que, goste-se dele ou não, chama-se Mário Soares. E Mário Soares no lançamento da obra, naquele entusiasmo que

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, fevereiro, 26**

toda a gente lhe conhece, dizia que depois desta obra, o Baixo Mondego que tinha uma única colheita agrícola por ano, era assim, efetivamente, o Mário Soares disse qualquer coisa como isto, que eu lembro que toda a gente se riu: *“Depois desta obra, quando ela estiver concluída”*, ainda não está ele tem razão, *“vamos ter 12 colheitas por ano no Baixo Mondego”* e dizia o Ministro *“Doze?”*. Enfim, já temos 3 colheitas por ano no Baixo Mondego. Mas é só uma pequena história que tem a ver com a produção...

----- Desejo a todos um resto de um bom dia e até à próxima Assembleia Municipal. Muito obrigado ” ---

----- Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 18h30, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva